



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

---

**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 194ª reunião ordinária, realizada em 8 de junho de 2022**

1 Em 8 de junho de 2022, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de  
2 Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente  
5 Marília Carvalho de Melo, representante da Semad. Representantes do poder público:  
6 Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
7 Abastecimento (Seapa); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de Estado  
8 de Educação (SEE); Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);  
9 Carolina Rocha Vespúcio, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade  
10 (Seinfra); Jadir de Assis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese);  
11 Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
12 Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo  
13 (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF);  
14 Eduardo Leal Silva, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Edílio Ramos  
15 Veloso, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);  
16 Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Hilcélia Reis  
17 Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da  
18 Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis  
19 Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da  
20 Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis  
21 de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas);  
22 Antônio Pitanguí de Salvo / Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e  
23 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Flávio Roscoe Nogueira, da Federação  
24 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Denise Bernardes Couto, do  
25 Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Afonso Correa Diana, da Federação

26 dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre  
27 Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento  
28 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Flávia Mourão  
29 Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental  
30 (Abes); Ana Beatriz Rocholi, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca  
31 (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente  
32 (Amda); Bruno Machado Kraemer, do Espeleogrupo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto  
33 Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Adriana Alves Pereira Wilken, do  
34 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Lavínia Rosa  
35 Rodrigues, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da  
36 Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, da Associação  
37 dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro  
38 Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Talita Fernanda das Graças  
39 Silva, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em pauta. 1)**  
40 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.**  
41 Constatado o quórum regimental, a presidente Marília Carvalho de Melo declarou  
42 aberta a 194ª reunião ordinária do Plenário do Copam, de 08 de junho de 2022.  
43 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu gostaria de dar as boas-vindas a dois  
44 conselheiros que estão aqui pela primeira vez, são novos conselheiros no Copam.  
45 Antônio Pitangui de Salvo, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas  
46 Gerais (Faemg), seja muito bem-vindo. Emerson Roberto Guimarães Lima, da  
47 Secretaria de Estado de Educação, também seja muito bem-vindo. Vamos iniciar hoje  
48 a nossa reunião com duas homenagens muito importantes, para duas pessoas que  
49 tiveram e têm contribuição muito efetiva para a gestão ambiental no Estado de Minas  
50 Gerais. O primeiro deles, professor Octávio Elísio Alves de Brito, que nós recentemente  
51 perdemos para outro plano, foi uma pessoa que não só contribuiu para a política  
52 ambiental no Estado de Minas Gerais, mas para a política de ciência e tecnologia, foi  
53 deputado constituinte, pessoa que tem uma história de dedicação à gestão pública e  
54 com muita contribuição para o que nós temos hoje em termos de política pública de  
55 ciência e tecnologia, de educação e de meio ambiente no Estado de Minas Gerais. Nós  
56 gostaríamos de chamar a filha dele que hoje representa aqui a família para receber a

57 homenagem da Secretaria e deste Conselho. A placa tem a seguinte mensagem: ‘Ficam  
58 aqui registrados nossa saudade, carinho e admiração para um homem que sonhou e  
59 agiu pelo melhor de Minas Gerais, do Brasil e do mundo, seguindo seu ideal e  
60 alcançando as estrelas. Eu sei que se conseguir ser fiel ao meu sonho ideal estará  
61 minha alma em paz quando chegar a minha vida ao final. Sonho impossível, baseado  
62 na obra de Cervantes’. Eu queria fazer aqui uma referência. Os dizeres dessa placa  
63 foram propostos por um amigo, Alexandre Magrineli, hoje em exercício do IGAM, que  
64 acompanhou o professor Octávio Elísio durante um período no Hidroex. Então fiz  
65 questão que ele escrevesse o que faríamos nessa placa, pela relação também de  
66 carinho que ele tem com Octávio Elísio, assim como eu”. Cristiana Ferreira Alves de  
67 Brito: “Só agradecer em nome de toda a família. Realmente as palavras foram muito  
68 pertinentes, porque ele era um fã incondicional de Dom Quixote, tinha uma coleção  
69 de Dom Quixote. Então eu gostaria muito de agradecer esse reconhecimento por uma  
70 vida dedicada às causas ambientais. Então, muitíssimo obrigada”. Presidente Marília  
71 Carvalho de Melo: “Nós que agradecemos. O próximo homenageado, Carlos Alberto  
72 Santos Oliveira, atuou por mais de 20 anos como representante da Faemg nos  
73 Plenários do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho Estadual de Política  
74 Ambiental e demais unidades colegiadas. O Carlos Alberto, desde o início das minhas  
75 atividades aqui como servidora de carreira também, a gente tem a honra de ter  
76 aprendido muito com ele, de ter sempre visto a sua participação muito pertinente,  
77 suas colocações e a sua construção para a política ambiental e de recursos hídricos no  
78 Estado de Minas Gerais. Eu queria também fazer justiça, essa proposta foi construída  
79 por mim, pela Ana Paula, da Faemg, de fazer essa homenagem, pela relevância do  
80 trabalho que o Carlos Alberto prestou para a área ambiental e de recursos hídricos no  
81 Estado de Minas Gerais. Então, Carlos Alberto, receba o nosso agradecimento. A placa  
82 diz: ‘O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos agradece pelo trabalho  
83 exercido como conselheiro do Conselho Estadual de Política Ambiental e do Conselho  
84 Estadual de Recursos Hídricos. Seu compromisso e dedicação contribuíram de forma  
85 efetiva para o desenvolvimento da política ambiental no Estado de Minas Gerais”.  
86 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Boa tarde a todos. Eu fico muito feliz com esta  
87 homenagem gentilmente prestada pelo Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais,

88 aqui na pessoa da Marília. Muito obrigado, boa sorte no trabalho na Secretaria.”.

89 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Carlos Alberto, obrigada pela boa sorte, mas

90 nós queremos que a sua contribuição não termine aqui. Então sempre as boas críticas,

91 as boas sugestões que podem vir de você, nós estamos sempre abertos para isso. A

92 sorte é uma parte, mas vamos aprendendo com os bons professores, como você é e

93 sempre foi aqui dentro do Sistema. Obrigada”. Exibição de vídeos institucionais.

94 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Nós vamos agora apresentar, rapidamente, dois

95 vídeos institucionais. O primeiro é o vídeo da Operação Especial Preventiva Integrada

96 de Fiscalização de Barragens. O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos

97 Hídricos realizou, na última semana de abril, a terceira edição da Operação Especial

98 Preventiva Integrada de Fiscalização de Barragens. A ação conjunta do Estado

99 promoveu, entre os dias 25 e 29 de abril, vistorias preventivas em 20 estruturas de

100 contenção com alto potencial de dano ambiental e suas respectivas zonas de

101 autossalvamento nos municípios de Paracatu, Brumadinho, Nova Lima e Três Marias.

102 *(\*Exibido o vídeo)*. O próximo vídeo institucional é do Programa Água Doce. É

103 importante contextualizar, primeiro o Marcelo, depois o Rodrigo, como esse programa

104 chegou até aqui. Quando eu estava ainda na gestão do Instituto Mineiro de Gestão das

105 Águas, o Programa Água Doce era um programa sob responsabilidade da Secretaria de

106 Cidades, um convênio com o governo federal sem execução, com R\$ 20 milhões em

107 caixa e pedindo devolução desse recurso. Nós fizemos, ainda quando eu estava no

108 IGAM, uma parceria com a Defesa Civil. Eu queria referenciar aqui o capitão Ocimar, o

109 Charles, que na época nós trouxemos o Charles, hoje superintendente da Supram

110 Central, para dar apoio técnico a esse programa. E começamos a executar o programa

111 ainda no IGAM. Quando assumi a Secretaria, o programa tinha uma aderência grande

112 com saneamento. Nós trouxemos o programa para a Secretaria, para a Subsecretaria

113 de Gestão Ambiental e Saneamento e hoje já estamos com obras prontas, a serem

114 entregues. Ou seja, pegamos um convênio que estava parado desde 2012, recurso em

115 conta, recurso a ser devolvido e hoje começamos a entregar para a sociedade,

116 especialmente para aquela região que tanto carece de abastecimento público, que é o

117 Norte de Minas, os sistemas de tratamento de água no Semiárido de Minas Gerais.

118 ‘Neste mês de maio começaram as obras para implementação do sistema de

119 dessalinização de água no Semiárido de Minas Gerais, tornando apta ao consumo  
120 humano. Cerca de 140 famílias das comunidades de Ingazeira e Vila do Cristino, no  
121 município de Mato Verde, Norte de Minas, irão receber as intervenções, que fazem  
122 parte do Programa Água Doce. O sistema de dessalinização do PAD é uma das  
123 melhores tecnologias de remoção de sal de água do mundo, fornecendo água potável  
124 de qualidade para as comunidades atendidas pelo programa”. (*\*Exibido o vídeo*). **3)**  
125 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Tobias Tiago  
126 Pinto Vieira (Mover): “Primeiramente, Marília, é um prazer estar aqui novamente no  
127 Conselho maior do nosso Estado, local em que realmente temos que discutir algumas  
128 coisas, passar experiências e até mesmo falar um pouco dos planos futuros. Primeiro  
129 quero, antes de mais nada, parabenizar os homenageados de hoje, em especial, meu  
130 amigo e companheiro de longa data, o Carlos Alberto, que sempre respeitosamente,  
131 mesmo discordando de vários pontos, mesmo discutindo, no bom sentido, buscamos  
132 participar sempre, estar sempre juntos nas discussões. Isso é muito importante, ter a  
133 fraternidade entre os conselheiros e esse respeito que sempre tivemos. Então, Carlos  
134 Alberto, sinta-se abraçado por mim. Você é um grande merecedor disso aí. Segundo,  
135 eu quero comentar eu acho que um ponto muito polêmico, que todo mundo percebeu  
136 no nosso último mês de Conselho, últimos dois meses, que foi a aprovação do processo  
137 na serra do Curral. Eu sou conselheiro da CMI, participei da referida reunião, fui um  
138 dos que pediram vista do processo, discordei, votei contra. Mas, sem críticas ao  
139 Estado, eu quero neste momento trazer reflexão só dos comportamentos nos  
140 conselhos. Eu acho que nunca foi tão difícil ser conselheiro representando a sociedade  
141 civil, e ver numa reunião a manifestação imensa da sociedade contra o  
142 empreendimento. Foi a primeira vez, da minha carreira de conselheiro aqui, que eu vi  
143 essa participação desse jeito, e mesmo assim não termos o que fazer. Nós vimos  
144 manifestações que mexeram muito com a gente, mas mesmo assim o processo seguiu  
145 em frente, seguiu o rito normal. Mesmo com algumas dúvidas dentro do processo, o  
146 processo foi aprovado. Então, realmente, é um desabafo de um conselheiro que ficou  
147 extremamente decepcionado. E ainda, ao final da reunião, eu até dispus de minha  
148 cadeira, falei ‘cara, não está fazendo sentido participar aqui’. Mas depois, repensamos,  
149 e a Ana Beatriz, a Bia, da ProMutuca, que está aqui também, participou conosco, nós

150 nos reunimos várias vezes para decidir se íamos continuar ou não na CMI até o fim do  
151 mandato. E decidimos continuar porque entendemos que a luta continua. E mesmo  
152 que tenhamos derrotas pelo caminho, que atropelos aconteçam, nós temos muito a  
153 construir. Eu acho que não jogamos tudo fora simplesmente porque perdemos a  
154 votação, e a construção continua. Eu não vou falar que a luta continua porque isso aqui  
155 não é um ringue. E é ainda nesse ponto que eu quero me direcionar muito  
156 especificamente aqui ao Flávio Roscoe, da Fiemg, ao pessoal do Ibram, dos setores aí,  
157 que isso aqui e as câmaras técnicas não são ringues. E aí eu peço, cordialmente, Flávio,  
158 eu reconheço, tenho uma admiração enorme pelo seu currículo, tenho uma admiração  
159 enorme pela Fiemg e peço, por gentileza, que eventualmente converse com seus  
160 conselheiros para que tratem-nos com cordialidade, assim como nós tratamos. Em um  
161 passado recente nós tínhamos uma sociedade civil que eventualmente agredia a  
162 Fiemg, mas não é o que a gente faz. E não é possível que teremos que viver em um  
163 ringue dentro de um conselho. Podemos discordar, eu sou uma mente pensante, assim  
164 como o conselheiro de vocês é uma mente pensante. E vocês podem discordar do que  
165 a gente fala, mas tratem com respeito. É um pedido que eu faço porque, mais uma vez,  
166 o que a gente faz aqui dentro não é trocar porrada, isso aqui não é um ringue. A gente  
167 tem que trabalhar para construir mesmo com as divergências. É um pedido, eu não  
168 quero, de forma nenhuma, agredir você, Flávio, de forma nenhuma, é só um pedido  
169 para a instituição, para conversar com seus conselheiros que muitas vezes ameaçam  
170 colocar na justiça, ameaçam que falamos alguma coisa ou agredimos alguém. Então  
171 está na hora de parar com isso, vamos pacificar o Conselho para não gerar mais  
172 estresse, para não dificultar o nosso trabalho. Eu acho que isso aqui é um trabalho,  
173 tem que ser levado com seriedade e não é um palanque, não é um lugar de trocar  
174 porrada. E é só mesmo ter cuidado nessas condutas dos demais parceiros que também  
175 têm cadeira nos conselhos, assim como eu me direciono à sociedade civil. Nós vimos  
176 a sociedade civil manifestar contrário, mas vimos também uma parte muito triste, que  
177 nós vimos a sociedade civil agredir os conselheiros. Eu acho que isso foi muito pesado.  
178 Eu acho que para a gente seguir em frente, depois do que aconteceu, a gente precisa  
179 de muita união e de estarmos alinhados pensando na sustentabilidade. Não é pensar  
180 que o lado 'a' vai ganhar do lado 'b' ou fulano vai ganhar e outro vai perder, nós temos

181 que pensar na sustentabilidade, no meio ambiente, nas coisas que vamos fazer de  
182 agora para frente, o que vamos deixar para a geração futura. E ao mesmo passo a  
183 sociedade civil não pode esquecer que quem está no conselho é uma instituição, não  
184 é um conselheiro. Se alguém discorda de algum posicionamento de alguma instituição,  
185 manifeste para a instituição. Eu vi publicações mostrando o rosto dos conselheiros,  
186 isso é muito triste. É válida a manifestação da sociedade? É válida. Mas aí passa do  
187 ponto, eu acho que a gente traz um prejuízo maior do que uma conquista com esse  
188 tipo de atitude. Mas são reflexões que eu trago neste momento, secretária, e mais  
189 uma vez eu quero dizer que a sociedade civil participante nas câmaras, enquanto o  
190 Tobias estiver aqui, com certeza, vocês podem contar com o diálogo aberto e  
191 respeitoso. Eu acho que isso é prerrogativa mínima para qualquer discussão e assim  
192 deve continuar, para que a gente lembre o que vamos deixar para as gerações futuras  
193 e, sim, dar voz e vez para aqueles que não têm voz e vez, que são os animais e as  
194 plantas”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro Tobias. Eu vou  
195 fazer breves colocações antes de passar, primeiro, a palavra ao conselheiro citado, e  
196 depois eu vou seguir as inscrições. Conselho Tobias, eu acompanhei de perto – eu  
197 estava aqui na rodoviária junto com a equipe – a votação que aconteceu no dia 24, se  
198 não me engano, 24 ou 29/4. Então tem um mês e dez dias da votação. Sempre  
199 importante fazermos uma retrospectiva, eu fico, inclusive, à disposição deste Conselho  
200 para trazermos uma apresentação sobre o processo de licenciamento para o Copam.  
201 A função nossa, enquanto órgão técnico de apoio a decisão deste Conselho, é de  
202 analisar os aspectos técnicos, o rito administrativo e os requisitos jurídicos que se  
203 relacionam ao processo de licenciamento ambiental. Isso foi feito, conselheiro Tobias,  
204 com muito cuidado pela nossa equipe, com muito espero pela nossa equipe. E isso  
205 hoje é comprovado porque passados um mês e dez dias da autorização que este  
206 Conselho deu, porque quem autoriza a licença não é a Semad, é este Conselho, a partir  
207 de um parecer técnico... E lembrando também que é um processo que começou a  
208 tramitação em 2014 na Semad, foi readequado a partir de considerações da própria  
209 equipe, foram 128 pedidos de informação complementar, até de fato a equipe se  
210 sentir segura. Estudos que normalmente não são exigidos em processo de  
211 licenciamento foram exigidos para também dar maior segurança à equipe, como por

212 exemplo o estudo de visada, que não é um estudo normalmente exigido no processo  
213 de licenciamento. Então nós da Secretaria de Meio Ambiente, enquanto órgão técnico  
214 de apoio a este Conselho, estamos à inteira disposição, Tobias, que, quando você  
215 coloca que há dúvidas, eu gostaria que você explicitasse quais são essas dúvidas, do  
216 ponto de vista técnico, para que possamos também responder objetivamente as  
217 questões. Então esse é o primeiro ponto que eu gostaria de deixar. Então, passados  
218 um mês e dez dias da concessão da licença por este Conselho, 11 processos judiciais,  
219 nenhuma liminar ainda concedida. Então isso mostra, mais uma vez, o cuidado, o zelo  
220 e o esmero da equipe técnica do Sisema no trato dos seus pareceres técnicos. A  
221 decisão do Copam é uma decisão legítima pela função que o Copam tem dada pela  
222 legislação. Antes de passar para o conselheiro citado, eu quero mencionar, Tobias, que,  
223 da mesma forma que você coloca, eu e toda a minha equipe aqui, é o meu cargo, eu  
224 estou exposta a essas questões, porque faz parte das minhas funções, mas a minha  
225 equipe não precisava passar por que passou. E uma coisa é se discutir tecnicamente o  
226 tema, que foi isso que eles fizeram; outra coisa é receber no Instagram mensagens  
227 como ‘quanto custou a licença?’, ‘quanto você ganhou?’, ‘eu sei onde seu filho estuda’,  
228 coisas desse tipo que eu e a minha equipe recebemos durante um longo período na  
229 semana subsequente à concessão dessa licença. Então de fato nós vivemos numa  
230 sociedade muito raivosa, em que as discussões não são discussões racionais. E da  
231 mesma forma que você coloca, o governo do Estado de Minas Gerais colocou a  
232 Advocacia Geral do Estado à disposição da nossa equipe para também fazer valer os  
233 direitos da nossa equipe, que também tem direitos. Então, na mesma forma da sua  
234 manifestação, eu queria deixar aqui registrado neste Conselho, como presidente deste  
235 Conselho, mas mais como responsável pela gestão técnica que a Semad hoje é  
236 conduzida e sempre foi, com seu papel de análise técnica e de muito esmero da equipe  
237 que eu tenho muito orgulho de hoje estar na frente na Secretaria. Então, Tobias, eu e  
238 toda a equipe da Semad, da Suppri, o Ribas, todos que assinaram o parecer, estamos  
239 à disposição para que você possa apresentar objetivamente os pontos de dúvida que  
240 você trouxe para que possamos esclarecer, inclusive, publicamente. Eu vou te dar a  
241 palavra, conselheiro Tobias, porque eu te citei, mas primeiro vou dar a palavra ao  
242 conselheiro Flávio, que você citou”. Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira (Fiemg): “Boa



243 tarde a todos. É um prazer enorme estar aqui novamente neste importante Colegiado  
244 que é muito relevante para o desenvolvimento do meio ambiente em Minas Gerais.  
245 Conselheiro Tobias, eu fiquei feliz com a parte final da sua fala, porque demonstrou  
246 empatia com seus outros conselheiros, colegas. E eu acho que deveria haver uma  
247 manifestação de todos os conselheiros, mesmos os que votaram contrário, contra as  
248 ações que foram feitas naquele dia, naquele conselho, porque as opiniões e os votos  
249 técnicos não podem ser prejudgados pela sociedade, que muitas vezes não tem  
250 nenhum embasamento técnico para fazê-lo, nem as pessoas nem os conselheiros  
251 podem ser perseguidos nas suas pessoas físicas. Nós temos conselheiros aqui  
252 ameaçados fisicamente, recebendo inúmeras ameaças pela internet, pelas suas mídias  
253 sociais. Isso é inconcebível na democracia. E eu acho que o Conselho como um todo, a  
254 CMI, deveria se manifestar, todos sem exceção, os 12, deveriam se manifestar  
255 contrários a esse tipo de colocação, contrários à colocação de que foram vendidos,  
256 porque não foram, todos sabem disso. Quem tem competência técnica, capacidade  
257 técnica, sabe que foi uma decisão técnica. Você pode discordar tecnicamente, mas não  
258 tem nada no projeto, do ponto de vista técnico, que o torna inviável. E as  
259 manifestações perseguindo conselheiros, manchando a reputação de conselheiros  
260 deveriam ser repudiadas por todos os conselheiros, independente do seu  
261 posicionamento no processo, porque amanhã pode ser o seu posicionamento  
262 questionado ou pode ser de outro colega, e nós não podemos incentivar esse tipo de  
263 postura por parte da sociedade civil. Lembrando, apenas para falar que a sociedade se  
264 manifestou, quando você colocou aqui que a sociedade foi lá e se manifestou, é uma  
265 parcela da sociedade, induzida, foi lá com um objetivo predeterminado, e, em última  
266 instância, se for analisar, o lixamento é uma atitude da sociedade que, em  
267 determinado momento, resolveu em algum momento fazer justiça com as próprias  
268 mãos. Nem por isso é aceitável no Estado de Direito. Então a manifestação no órgão,  
269 é um órgão competente, é um órgão técnico, é um órgão que deve ser defendido para  
270 que tenhamos o desenvolvimento do meio ambiente. As colocações de muitas das  
271 pessoas que foram lá é que são ameaças, ameaças aos conselheiros, inclusive feitas  
272 durante a própria audiência. E eu tenho certeza que alguns de vocês presenciaram  
273 essas ameaças. Não vou dizer que todas, porque demorou 20 horas – em algum

274 momento alguém sai da sala ou vai ao banheiro. Mas eu digo que esse comportamento  
275 é inaceitável e todos os conselheiros deveriam repudiar esse comportamento. Uma  
276 declaração eu acho que é uma boa iniciativa, de fazer uma declaração conjunta  
277 defendendo o Conselho, porque o Conselho não precisa ter uma posição uníssona nas  
278 suas decisões, mas tem que ter na defesa do Conselho em si. Isso é algo que eu acho  
279 que não se pode abrir mão de que cada conselheiro possa expressar a sua opinião de  
280 maneira livre e também de acordo com a sua consciência. Dito isso, a Fiemg tem um  
281 código de conduta que todos nós funcionários temos que seguir, não são os membros  
282 do Conselho, são os 7.200 funcionários. Então, no caso, Tobias, você falou que os  
283 conselheiros da Fiemg fazem um ringue nas reuniões de conselho, então, se você tiver  
284 – e geralmente as reuniões de conselho são gravadas – algum comportamento  
285 inadequado, você pode remeter diretamente aqui para o gabinete da presidência, que  
286 as atitudes serão tomadas. Aqui é uma instituição séria. Mas o conselheiro se defender  
287 e dizer aqui ‘olha, não fale isso’, se você está me acusando cometendo crime etc., que  
288 eu vou recorrer à Justiça, isso não é ameaça, isso é o Estado de Direito. Eu mesmo  
289 defendo isso. Nós estamos no Estado Democrático, todo mundo pode falar o que  
290 quiser, mas responda pelo que falou. Tem que ser da verdade, tem que estar  
291 adequado. Isso não tem dúvida, você pode chegar aqui e falar o que você quiser, desde  
292 que você possa provar o que você está falando. Se você ferir a minha honra em  
293 determinado momento, eu tenho direito, sim, de recorrer à Justiça, e os meus  
294 conselheiros também terão esse direito. Eu entendo assim. Nós vamos dar suporte  
295 jurídico para isso. Agora, dentro de um debate normal, dentro de uma coisa técnica,  
296 obviamente, isso nunca será feito nem sequer cogitado. Então, se tiver algo de  
297 concreto que você possa apresentar, lembrando que as reuniões são gravadas, você  
298 pode encaminhar aqui que nós vamos estudar e, dependendo, vamos tomar as  
299 medidas necessárias. Os nossos profissionais são profissionais treinados, são técnicos,  
300 com formação adequada, e até hoje eu nunca tive nenhuma queixa concreta, com  
301 provas, com relação a ameaça ou ataques motivados a outras pessoas. Se você tiver,  
302 basta me encaminhar aqui, e vamos fazer a nossa análise, e eu te dou feedback. E  
303 gostaria que todas as instituições que participassem tivessem esse comportamento  
304 também. Eu acho que é desejável, porque muitas vezes o ringue – minha mãe já dizia

305 que quando um não quer dois não brigam – não é só de uma parte. Eu mesmo fui a  
306 uma audiência na Assembleia e fui atacado inúmeras vezes. Não retruquei ataque  
307 baixo de ninguém, simplesmente cumpri lá o meu papel, defendi o meu ponto de vista,  
308 respeitando a todos e todas que estavam presentes. E essa atitude nós sempre  
309 contamos com ela por parte dos nossos conselheiros. E aí quero dizer que eu acho que  
310 é uma hora oportuna que os conselheiros do Copam, todos que votaram contrários ou  
311 favoráveis, façam uma nota em defesa do órgão e da instituição e também da  
312 integridade física e moral dos conselheiros. Eu acho que isso seria uma atitude louvável  
313 por parte dos que foram votos vencidos, mas entendem que foi uma decisão  
314 democrática e republicana. E lembrando que muitas vezes a sociedade é movida por  
315 opiniões, pela mídia e não necessariamente pela verdade. Muitas vezes atos falsos,  
316 palavras falsas são jogadas e fazem com que a sociedade se mova em uma direção que  
317 não é adequada. Tendo dito isso, podem contar com apoio da Fiemg para que as nossas  
318 discussões sejam sempre de alto nível e respeitando os conselheiros mutuamente. Um  
319 grande abraço a todos”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Marília,  
320 somente para responder a sua colocação, talvez eu usei a palavra mal colocada, mas  
321 foram questões, dúvidas levantadas durante a reunião e devidamente respondidas.  
322 Isso não quer dizer que são questões abertas ou dúvidas quanto ao processo.  
323 Simplesmente são questões que apareceram dentro do processo, dúvidas e  
324 questionamentos. Até tenho uma proximidade muito grande, uma admiração muito  
325 grande pelo Rodrigo Ribas, que conversamos no momento da reunião, e foi tudo  
326 respondido. Eventualmente, se tivermos mais algum questionamento, obviamente,  
327 vamos levar de forma muito concreta ao Rodrigo, o que sempre fizemos e sempre  
328 vamos fazer”. Conselheira Flávia Mourão Parreira do Amaral (Abes): “Boa tarde,  
329 presidente, secretária Marília Melo, e demais conselheiros. Eu queria inicialmente  
330 parabenizar pela homenagem de hoje. Doutor Octávio Elísio, com quem eu tive a  
331 oportunidade de conviver mais recentemente nessa última etapa da vida dele, mais  
332 proximamente, como também o Carlos Alberto, que já acompanhei no Conselho, duas  
333 pessoas que representam muitos os interesses que precisam ser defendidos e o  
334 comportamento que devemos adotar quando estamos lidando com a coisa pública.  
335 Mas eu queria me manifestar mesmo é com relação a esse mesmo processo. Primeiro

336 a minha solidariedade ao Tobias, ao posicionamento dele, que nós acompanhamos, e  
337 a minha solidariedade também a todos os técnicos da Secretaria que atuaram nesse  
338 processo, que eu acho que a defesa foi profissional, correta. Não podemos criticar. E  
339 eu também abomino essas reações que aconteceram tanto por parte da sociedade civil  
340 quanto de outros, esses ataques que propiciam um linchamento público. Eu acho que  
341 realmente não é esse o comportamento, sair pregando fotos nos lugares. Imagina os  
342 filhos dessas pessoas como é que estão se sentindo, como é que vão justificar para  
343 seus colegas que o pai não fez nada errado e a mãe não foi nada errado e votou num  
344 processo de licenciamento. E eu também como funcionária pública, a gente responde  
345 pelas atitudes, não só no momento, mas para a vida toda, mas nós temos  
346 procedimentos próprios, a nossa sociedade tem procedimentos próprios para  
347 investigar as condutas inadequadas. Tanto o nosso código de ética e nossa legislação  
348 também preveem isso. Mas eu entendo que nesse processo de licenciamento tem pelo  
349 menos uma questão que passou de uma forma muito superficial, e é uma questão  
350 exatamente a principal, que tem mobilizado tanto as manifestações, sejam reuniões  
351 públicas, sejam audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal, na  
352 Câmara Municipal de Belo Horizonte, e tantas outras manifestações, que é o objeto  
353 que está sendo mexido, que é um objeto referencial do ponto de vista da cultura e da  
354 paisagem não só de Belo Horizonte, mas da região metropolitana. Estou falando assim,  
355 mexer na serra do Curral. E aí não basta só reservar uma moldura, não basta só pensar  
356 nas visadas da serra do Curral de quem está em Belo Horizonte. Esse objeto que tem  
357 que ser preservado é um conjunto, é uma serra, que é de minério de ferro e tem uma  
358 Mata Atlântica importante, embora essa Mata Atlântica esteja na vertente de Nova  
359 Lima. Então tem essa questão de mexer num objeto significativo, referencial para a  
360 população da região metropolitana, que eu acho que o processo de licenciamento não  
361 abordou de uma forma adequada e remeteu isso para o Iepha e para o Iphan, que nas  
362 suas esferas estão adiando o processo de tombamento. E teve isso, essa reação,  
363 infelizmente, às vezes exagerada, mas é uma reação legítima das pessoas que têm uma  
364 forte identidade com o que significa a serra do Curral no processo de formação da  
365 cidade e no nosso cotidiano. Em decorrência disso, tem várias ações judiciais que  
366 foram impetradas e também vários recursos administrativos. Um desses recursos, que

367 eu até queria saber informações, que foi impetrado pela deputada estadual Beatriz  
368 Cerqueira e pelo deputado federal Rogério Correia, no dia 18 de maio. Lógico, é um  
369 recurso administrativo contra a concessão da licença, que deverá ser analisado pela  
370 CNR. Ainda não está pautado. E o Rogério Correia – e eu também – questionou se isso  
371 não merecia ser analisado por um plenário mais representativo da sociedade civil.  
372 Embora o Regimento do Copam não preveja isso, eu pergunto se não caberia  
373 avocarmos esse tipo de decisão para o Plenário do Copam. O que o Regimento prevê  
374 é que cabe apenas avocar a decisão quanto a atos normativos que estejam em  
375 tramitação na CNR, mas eu acho que até já conversamos na reunião passada, lembro  
376 que era a conselheira Maria Teresa reclamando da falta de poder decisório do Plenário  
377 do Copam atualmente, que assistimos à apresentação das políticas, damos algum  
378 palpite, mas não temos um poder decisório no Plenário, que hoje é tão representativo.  
379 Então eu queria deixar essa indagação com relação a essas competências que são  
380 dadas hoje ao Plenário do Copam, mas eu gostaria, se possível, de ter algum retorno  
381 com relação à tramitação desse recurso administrativo e de outros que foram  
382 apresentados, mas em especial desse primeiro, que eu tenho notícia, que foi  
383 anunciado na audiência pública da Câmara Federal, qual é a situação e quando ele será  
384 apreciado. Então, muito obrigado, e mais uma vez manifesto aqui minha solidariedade  
385 a toda a equipe da Semad que participou desse processo de licenciamento, meu  
386 respeito a todos os conselheiros que votaram a favor ou contra, cada um com seus  
387 motivos. E se, de alguma forma, pudermos fazer alguma moção com relação à defesa  
388 do papel do conselheiro, eu me coloco a favor”. Presidente Marília Carvalho de Melo:  
389 “Obrigada, conselheira Flávia. Eu vou trazer aqui alguns esclarecimentos. Primeiro,  
390 antes de falar sobre a competência do Copam, que você menciona que o processo de  
391 licenciamento não abordou adequadamente a questão da proteção da serra enquanto  
392 seu papel cultural para o município, esse é um ponto que é até importante. Nós  
393 estamos no Copam, num Conselho que tem uma função de discutir e propor políticas  
394 ambientais. Então, Flávia, eu não acho que este Conselho é esvaziado, talvez o que eu  
395 acho é que falta proposição de pautas neste Conselho vindas do Conselho. Eu já fiz  
396 essa crítica ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em que eu participava muito  
397 diretamente, que eu falava para eles que tinha a inversão de lógica: quem pautava a

398 política era a Secretaria Executiva. Então nós trazemos temas aqui o tempo inteiro para  
399 vocês discutirem. E aqui no Copam, que agora estou mais no dia a dia, a mesma coisa.  
400 Eu nunca recebi de um conselheiro uma proposta ‘olha, nós precisamos discutir uma  
401 regulamentação x, y, z. Podemos trazer uma proposta, podemos criar um grupo de  
402 trabalho?’ Isso, pelo menos durante o período que estou aqui na Secretaria, nunca  
403 chegou. Então eu acho que é até uma provocação importante para este Conselho  
404 enquanto propositor de política pública de meio ambiente no Estado. Sobre abordar  
405 temas no licenciamento que não são temas de licenciamento, que são temas de outros  
406 instrumentos, essa confusão, antes mesmo do processo da Tamisa, nós discutimos  
407 muito aqui dentro, inclusive com a Mila, que é doutora no tema de patrimônio, porque  
408 a gente acaba que confunde um pouco os instrumentos. O tombamento, por exemplo,  
409 não é um instrumento de política ambiental, não é um instrumento a ser utilizado para  
410 proteção ambiental. É um instrumento de política de patrimônio, e o meio ambiente  
411 tem os seus próprios instrumentos de proteção, as unidades de conservação de  
412 proteção integral e de uso sustentável. Nós temos uma crítica, inclusive, conceitual,  
413 sobre licenciamento, que o licenciamento virou o que virou porque buscou resolver  
414 problemas que estão para além da esfera do licenciamento ambiental, para além da  
415 competência legal do licenciamento ambiental. Então nós fomos inchando tanto o  
416 licenciamento. Por falta de política pública de uso e ocupação do solo adequada, por  
417 falta de política de patrimônio adequada, puxou-se para o licenciamento ambiental a  
418 solução de todas essas questões. E nós enquanto administradores – você também é  
419 servidora de carreira, como eu –, e nós aprendemos isso também como engenheiras  
420 que somos, tivemos que estudar um pouco sobre direito administrativo, direito  
421 público, eu não posso criar regras em um instrumento como o licenciamento  
422 ambiental. O que eu posso é observar as regras vigentes. A lei proíbe a instalação da  
423 atividade de mineração naquele local? Não. Eu concordo com você, tem até  
424 manifestação pública do governador sobre isso, o que foi tombado é o que foi  
425 observado no processo de licenciamento. Se tivesse um tombamento diferente do que  
426 tem hoje, que preserva a visada etc., isso também seria observado. Não foi porque nós  
427 temos que nos restringir ao que a lei determina. Se não proíbe, o que nós temos que  
428 fazer é trazer as exigências para cumprir os padrões ambientais vigentes. Então eu

429 acho que é importante colocar esse ponto, a discussão com o secretário Leônidas, com  
430 a minha xará agora que assumiu o lepha, que até de longa data nós conhecemos, uma  
431 atuação no sistema Crea em Minas. Então lá está a discussão do que vai continuar no  
432 processo de tombamento. Então essa é a primeira coisa. Sobre competência do  
433 Copam, nós temos uma lei de 2016, a Lei 21.972, que no seu Artigo 14 vai falar sobre  
434 as competências. Então ela é a nossa primeira base, depois veio o decreto que  
435 regulamentou, e tem o Regimento do Copam. Hoje a competência é da câmara onde  
436 foi votada. E existe essa instância recursal que é a CNR. Hoje, Flávia, nós temos 51  
437 recursos apresentados. Então nós não vamos ter condição agora de te responder  
438 especificamente sobre um e sobre outro, porque a nossa equipe técnica, a nossa  
439 equipe jurídica está analisando esses 51 recursos que foram apresentados em relação  
440 a essa licença. Então a Secretaria Executiva, a Valéria está aqui do lado, a equipe dela  
441 e as equipes técnicas que participaram do processo estão analisando. E tão logo  
442 tenhamos essa análise concluída, obviamente, esse assunto retornará à CNR. Sobre a  
443 sua consulta sobre avocação ou não, volto a dizer: as normas vigentes hoje são essas,  
444 a CNR, como instância recursal, e a câmara da atividade própria que aprova o  
445 licenciamento. Obviamente, pode-se fazer uma discussão, mas não retroagindo a uma  
446 definição legal que aqui está posta hoje. Mas nós ficamos à disposição. Inclusive, se  
447 você quiser fazer uma consulta formal, também podemos fazer uma consulta à  
448 Advocacia Geral do Estado, trazer subsídios ou uma análise mais ampla sobre essa  
449 questão que você coloca de possibilidade ou não de avocação. São esses  
450 esclarecimentos que eu queria dar neste momento”. Conselheira Maria Dalce Ricas  
451 (Amda): “Primeiro, eu queria fazer coro às palavras do Tobias no que se refere tanto  
452 às questões que aconteceram durante a reunião de concessão da licença à Tamisa  
453 quanto às ameaças – nós já sabíamos, já tinha saído na imprensa – que foram  
454 encaminhadas anonimamente aos técnicos, à pessoa da própria Marília. Nós também  
455 concordamos 1.000% que isso é indigno realmente no regime democrático. Como  
456 disse, acho que foi Voltaire, ‘eu não concordo com uma palavra do que você diz, mas  
457 eu daria minha própria vida para que você tenha direito de dizê-lo’. Então realmente  
458 isso é inadmissível, mesmo que discorde, é inadmissível. Isso me lembra até,  
459 tristemente, quando as pessoas ainda no Brasil falam que o regime militar tinha que

460 voltar, fazem coro com o atual presidente da República. Eu que vivi a época da ditadura  
461 fico pensando, as pessoas que falam isso talvez não saibam o que é ter medo de falar  
462 e ser preso por causa disso. Então realmente é lamentável. Eu faço coro ao Tobias e a  
463 todos aqueles que protestaram contra ameaças vindas de qualquer lado. E queria só  
464 lembrar uma coisa também, sabe, gente. Quando a Heineken resolveu não se instalar  
465 em Pedro Leopoldo não foi por causa de embargo do ICMBio nem foi por causa  
466 provavelmente dos questionamentos da sociedade. Claro que isso pesou. Mas foi uma  
467 decisão da empresa de se retirar do município provavelmente por questões de  
468 marketing, uma empresa que depende muito do consumidor final, estar muito perto  
469 e tudo. E, no entanto, a Fiemg entrou com uma ação judicial pedindo indenização ao  
470 ICMBio porque o ICMBio embargou a obra. A empresa tinha licença do Copam e uma  
471 liminar cassando a ação do ICMBio. Então ela saiu por livre e espontânea vontade, e  
472 agora a Fiemg quer que o ICMBio indenize o município. Eu discordo disso e não acho  
473 que isso seja realmente uma coisa certa. Dito isso, Marília, eu não duvido do  
474 entendimento dos técnicos, da equipe técnica, de que todos os ritos, como você disse,  
475 técnicos jurídicos foram cumpridos. Sem qualquer dúvida. Mas há muito tempo se  
476 parou de falar de uma coisa muito interessante que é a licença social para  
477 empreendimentos e que é uma coisa que, a meu ver, tem a ver diretamente com  
478 políticas ambientais e até outros tipos de políticas. Então, mesmo que todos os ritos  
479 técnicos tenham sido obedecidos, e jurídicos, e a licença social? Nós vimos que a  
480 licença social não foi buscada e agora tivemos uma baita reação da sociedade em  
481 relação ao assunto. Eu confesso a vocês que nós não temos conhecimentos suficientes  
482 de todo o parecer, todo o rito do processo, mas uma coisa nós temos certeza, a  
483 instalação da Tamisa naquele local vai, digamos assim, impedir ou dificultar de forma  
484 extrema uma possível conectividade entre o Parque Estadual da Baleia e outros  
485 ambientes naturais com a destruição daqueles 44 hectares de Mata Atlântica. A  
486 princípio, eu acho que isso é motivo para que o parecer técnico do Estado fosse  
487 contrário à instalação do empreendimento. Nós não temos nada, nada contra a  
488 mineração. Pelo contrário, a mineração está na base praticamente de todas as  
489 atividades humanas. Realmente, principalmente o minério de ferro é um bem  
490 realmente necessário a todas as atividades humanas, está presente em tudo que nós



491 fazemos, compramos, utilizamos etc. Mas há locais em que os valores culturais, sociais,  
492 históricos, na nossa opinião, são maiores que os valores econômicos. Em nosso  
493 entendimento, a Tamisa adequa-se a esse parâmetro. Eu acho que a Flávia expressou  
494 muito bem que o licenciamento poderia ter considerado mais esses aspectos históricos  
495 e culturais. Eu acho, Marília, que o governo do Estado – independente de as ações  
496 judiciais impetradas, digamos, serem aceitas pela Justiça, e a licença, suspensa –  
497 deveria procurar um caminho necessariamente para atender o clamor social, mesmo  
498 exagerado, como disse a Flávia, em relação à concessão da licença. Realmente eu acho  
499 que foi um erro político, que no mínimo deveria ter sido amenizado com uma baita  
500 discussão da sociedade, que, desde que a Tamisa começou a pleitear a licença, as  
501 questões têm sido levantadas. Então eu realmente lamento e faço coro com aqueles  
502 que são contra a licença concedida. Não duvido, como eu disse, do parecer técnico.  
503 Tecnicamente, em termos de engenharia, nós sabemos que muita coisa pode ser  
504 resolvida, o minério pode ser tirado de forma correta, não vai ter nenhuma ameaça às  
505 adutoras etecetera e tal, mas essas são as questões que foram colocadas. E só  
506 terminando esse assunto, Marília, eu queria lembrar uma coisa que você falou  
507 também. Eu concordo com você que o licenciamento ambiental não resolve tudo.  
508 Claro que não resolve tudo. Mas aí nós chegamos ao ponto central dessa questão da  
509 Tamisa. A serra do Curral é um patrimônio não é só de Belo Horizonte, ela é do Estado,  
510 é intermunicipal, ela pega diversos municípios e é um patrimônio forte, muito forte  
511 mesmo, que deveria já ter merecido uma política do Estado mais forte de proteção.  
512 Ela agora tem mais uma autorização de mineração, está sendo invadida, invasões  
513 urbanas, até desova de cadáveres, lixo, muita coisa. Não há uma política de proteção  
514 da serra do Curral. Eu concordo com você, ali deveria ter uma política de ordenamento  
515 de uso do solo compatível com a proteção da serra. Aí eu acho que esse é mais um  
516 erro do governo do Estado ao ter emitido parecer favorável à licença desconsiderando,  
517 na minha opinião, a sua função acima dos municípios de realmente proteger  
518 patrimônios como esse. Então eu acho que esse argumento deveria ter sido utilizado  
519 ao contrário, não para justificar a licença, mas para talvez impedir a concessão da  
520 licença. Agora o segundo assunto que eu queria colocar, gente, não sei se pelo menos  
521 não é do conhecimento de todos vocês, talvez nem da Marília, porque ela é secretária

522 e não tem tempo de conhecer tudo que acontece. Mas foi levado à Câmara de  
523 Proteção à Biodiversidade o assunto de destinação de compensações minerárias, em  
524 torno de R\$ 80 milhões, pelas minas do Pico, da Vale, e de Córrego do Feijão, em  
525 Brumadinho. E apesar de o assunto ter sido levado à discussão falou-se na Câmara que  
526 quem toma a decisão final sobre a destinação desses recursos é o IEF. Nós discordamos  
527 disso, sabe, Marília, colegas conselheiros, nós achamos que a sociedade deve definir e  
528 esse é papel de Copam. E além disso o seguinte, eu acho que não há uma transparência  
529 devida de como o IEF pensa em destinar esses recursos. Na nossa opinião, sem querer  
530 engessar, que possa talvez uma parte do recurso ser aplicada mais longe, mas a  
531 prioridade deveria ser realmente o Vetor Sul de Belo Horizonte, onde essas minas  
532 estão instaladas, nas áreas de influência delas, onde nós temos diversas unidades de  
533 conservação, a maior parte delas Estadual, como Fechos, como Rola-Moça, que todo  
534 mundo conhece; como o Monumento Natural da Serra da Moeda, até o Parque de  
535 Ouro Branco, e que precisam urgentemente – voltando à questão do uso do solo,  
536 voltando à questão do planejamento de proteção ambiental – ser objeto realmente de  
537 o Estado fazer um projeto de conectividade com esses ambientes, entre essas  
538 unidades de conservação. Porque nós entendemos que a prioridade desses recursos  
539 deveria ser aqui no Vetor Sul de Belo Horizonte. Por isso, Marília, eu solicito que esse  
540 assunto seja discutido e seja deliberado pela própria câmara, dando prioridade, sem  
541 engessamento, que realmente esses recursos sejam aplicados aqui no Vetor Sul de  
542 Belo Horizonte, nas áreas de influência dos dois empreendimentos minerários. Muito  
543 obrigada”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Em relação à licença da Tamisa, eu  
544 queria reforçar mais uma vez o nosso entendimento de termos muito clara a função  
545 de cada um dos entes nesse processo. Nós enquanto órgão técnico de apoio à decisão  
546 do Conselho de Política Ambiental – e essa é a função do Executivo –, nós temos que  
547 analisar a licença do ponto de vista dos padrões ambientais colocados, dos impactos,  
548 da mitigação, das compensações, da viabilidade ou não do empreendimento, olhando  
549 o arcabouço jurídico e as questões técnicas postas. Isso, como eu já mencionei, a nossa  
550 equipe fez com muito cuidado, com muito zelo. Era um projeto que abrangia,  
551 inicialmente, três municípios; foi reduzido a um município. Então todo esse processo  
552 de adequação foi feito ao longo desses anos. Desde 2014 que tramita esse processo. E

553 aí, Dalce, eu acho que é bom colocar o papel deste Conselho. Quando você fala em  
554 licença social, sobre representatividade ou não, ontem eu estava na Assembleia  
555 Legislativa e falava sobre isso. No ano, inclusive, de 2020, nós aumentamos uma  
556 cadeira da sociedade civil na CMI. Então foi substituído um representante do setor  
557 produtivo por um representante de uma ONG. É uma discussão que pode ser posta, a  
558 gente tem a lei, os decretos, a regulamentação, mas hoje a participação do Estado, por  
559 exemplo, são quatro votos em relação a oito ou sete. Só conferir esse dado. Estado,  
560 oito. Então são quatro em relação a oito. E a reunião, como a mídia colocou, que a  
561 aprovação foi na calada da noite, começou às 9h da manhã. Num processo  
562 democrático, nós demos todas as inscrições que foram feitas as falas, foram 870  
563 inscrições, trezentas e poucas pessoas, que tiveram oportunidade de manifestar  
564 naquele processo. E ao final o Conselho tomou uma decisão. O Conselho poderia ter  
565 votado diferente do parecer técnico caso fosse o entendimento do Conselho. Então eu  
566 acho que é bom também esclarecer essas questões porque a Secretaria, como órgão  
567 técnico, com as equipes técnicas, tem uma função. O que está no parecer não é a  
568 vontade do analista, é o que a lei permite que o analista faça. E aí volto a dizer a  
569 importância deste Conselho de discussão de política ambiental. Qual é a política  
570 ambiental que este Conselho, com a representação que tem, quer para o Estado de  
571 Minas Gerais. Então precisamos realmente voltar um pouco nessa discussão do papel  
572 deste Conselho. Sobre o outro ponto, Dalce, eu vou passar à Maria Amélia para que  
573 ela possa esclarecer a questão que você colocou.” Maria Amélia de Coni e Moura  
574 Mattos Lins, diretora-geral do IEF: “Boa tarde a todos. Dalce, com relação à questão da  
575 aplicação dos recursos originários da compensação minerária que você faz referência,  
576 na verdade, pautamos em cima de planejamento e prioridades estabelecidas para o  
577 cumprimento das normativas e prioridades da política ambiental. Então tudo que nós  
578 planejamos com utilização dos recursos é em cima de projetos pré-planejados, e nós  
579 submetemos esses projetos para apreciação da câmara técnica, na CPB. Isso não quer  
580 dizer que não podemos receber contribuições e avaliações em cima da aplicação desse  
581 recurso. Então não é simplesmente o IEF tem um recurso e quer aplicar numa  
582 determinada unidade, num determinado projeto. Com relação a esses valores que  
583 foram pautados na última CPB, eles também se referem a atividades do Previncêndio,

584 que sabemos quanto sofremos anualmente com relação a essas questões dos  
585 incêndios. Então o volume que foi dado na última CPB também foi em função disso.  
586 Mas estamos abertos a receber contribuições da sociedade, reavaliar, mas toda  
587 aplicação de recursos passa em cima de prioridade e planejamento”. Presidente  
588 Marília Carvalho de Melo: “Só para complementar, Dalce, na verdade, é apresentado  
589 a partir de uma proposta técnica do IEF de avaliação das principais demandas  
590 administrativas do órgão, mas é apresentado à câmara exatamente para a câmara  
591 deliberar. Então acho que a câmara é uma instância importante que pode trazer  
592 propostas diferentes da que o IEF apresenta para investimento desses recursos. Então  
593 fica à disposição”. Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier (AMM): “Boa tarde,  
594 Marília, boa tarde, conselheiros. Marília, de público, eu quero agradecer a sua  
595 presença no nosso 37º Congresso Mineiro de Municípios, especialmente na Sala de  
596 Meio Ambiente, onde mostrando hoje a pujança, a seriedade e a transparência que  
597 parte da sua pessoa à frente da Secretaria de Meio Ambiente, nós temos na nossa Sala  
598 de Meio Ambiente em torno de 1.200 pessoas ao longo de seis palestras apresentadas.  
599 E peço à senhora que seja portadora dos nossos agradecimentos ao Diogo Franco, ao  
600 Rodrigo Franco e à Juliana, que participaram de maneira muito positiva, muito clara,  
601 nas suas apresentações. E fica aqui a casa à disposição da senhora quando for  
602 necessária a sua presença perante a casa, a AMM, e perante os prefeitos municipais.  
603 Um abraço, muito obrigado pela presença e participação no congresso”. Presidente  
604 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Licínio, parabéns pelo congresso, foi muito  
605 importante o nosso diálogo com os secretários de Meio Ambiente municipais naquele  
606 primeiro dia. Tivemos também discussões sobre mudanças climáticas com o Iclei.  
607 Então eu queria parabenizar a sua condução na área ambiental na AMM. O Rodrigo  
608 está aqui do meu lado, ele recebe também a sua fala, e será repassada a toda a equipe  
609 que esteve lá. Nós que agradecemos a oportunidade de construir juntos”. Conselheiro  
610 Adriano Nascimento Manetta (CMI): “Boa tarde a todos. Em primeiro lugar,  
611 presidente, elogiar e fazer coro às importantes homenagens de hoje, do professor  
612 Octávio Elísio e, principalmente, do conselheiro Carlos Alberto, que é referência para  
613 mim dentro do Copam há muito tempo. Eu acho que tem uns 20 anos que eu conheço  
614 o Copam em funcionamento, e sempre estive lá o Carlos Alberto com a coragem de

615 defender, intransigentemente, os posicionamentos dele, mas, como bem colocado  
616 pelo conselheiro Tobias, sempre com educação e cordato e próximo aos demais  
617 conselheiros, sejam eles de mesmo pensamento ou de pensamento divergente. Então  
618 eu acho uma homenagem mais do que merecida, inclusive pela importância e  
619 protagonismo que a Faemg teve no Conselho ao longo de todos esses anos.  
620 Normalmente eu não faria uma manifestação sobre esse ponto, mas participei  
621 enquanto cidadão, população em geral, dessa reunião do processo da Tamisa e preciso  
622 fazer coro ao conselheiro Tobias que é um momento muito difícil para se estar no  
623 Copam. Aquela reunião me causou um profundo impacto, porque eu fiz uma  
624 manifestação curta, de 10 minutos, para fazer um testemunho que dissonava da  
625 maioria das pessoas que estavam se manifestando e eu não consegui nem parar de  
626 gaguejar de tanta agressão que pipocava pelo chat enquanto eu falava. A gente vai  
627 vendo aquilo, e o raciocínio se perde. E aí as pessoas colocam como se os conselheiros  
628 que representam entidades de setor produtivo tivessem algum tipo de privilégio por  
629 parte da Semad. Acho importante esclarecer que não. Inclusive, há uma grande  
630 independência, sendo que muitos dos conselheiros hoje, por exemplo, são atacados  
631 dentro da Câmara Normativa e Recursal e outras câmaras exatamente por adotar  
632 posicionamentos divergentes da Semad ou da Advocacia Geral do Estado, são  
633 ameaçados com processos administrativos e outros tipos de situação. Evidentemente,  
634 dentro da função do conselheiro, as pessoas não mudam o seu posicionamento e não  
635 arrefecem diante desse tipo de ameaça e nem das ameaças colocadas pelo público  
636 naquele dia. Mas eu penso que há outras lições que nós precisamos aprender ali,  
637 porque uma coisa seria vivenciarmos manifestações emocionais de cidadãos, e houve  
638 gente que esteve nesse papel e nessa função. Mas me parece que em boa medida nós  
639 tivemos candidato lançando campanha e cabos eleitorais fazendo propaganda dos  
640 candidatos. E isso é uma subversão do funcionamento do Copam que não deveria ser  
641 admitida. Precisamos organizar o Regimento para impedir o acontecimento de eventos  
642 políticos e mau uso do Conselho como esse que aconteceu no caso da Tamisa. Uma  
643 outra coisa que eu penso que precisa de reparação: dentro da estrutura atual do  
644 Copam, os processos, de fato, são deferidos no Conselho, mas são indeferidos  
645 internamente na estrutura da Semad. E são muitos os que são indeferidos. Inclusive,

646 nesse processo da Tamisa isso aconteceu, houve um primeiro processo indeferido,  
647 antes dele houve um que nem chegou a ser apresentado. Aí que eu fui tomar o  
648 primeiro conhecimento dessa situação quando até a Prefeitura de Nova Lima fazia as  
649 primeiras interlocuções a respeito dessa possibilidade. Aí houve um projeto  
650 apresentado que foi indeferido, e depois de adequado foi apresentado um segundo  
651 projeto. Então eu acho que é importante esclarecer para a sociedade que sim, em  
652 todas as superintendências nós temos muitos e muitos processos que são indeferidos  
653 por inadequação ambiental e que nem chegam à luz do Conselho. É como funciona. Eu  
654 acho até correto. De um ponto de vista político, seria muito estranho que a Secretaria  
655 submetesse ao Conselho material defeituoso ou processos que não têm a viabilidade.  
656 O que chega às vezes, sim, são recursos das pessoas insatisfeitas com o indeferimento.  
657 Um outro ponto que eu acho que merece reparação: eu acompanhei a reunião inteira  
658 até às 4h da manhã, alguma das falas ao final disse que o que houve ali foi uma vitória  
659 da técnica sobre a emoção. Eu acho que a percepção é perfeita, e não tem nada de  
660 errado nisso. Ao contrário, é correto. Não foi a Semad, não foi a lei estadual, não é o  
661 Conselho que escolheu a técnica, foi a Constituição Federal, no artigo 225, ao prestigiar  
662 o EIA/Rima como instrumento de mediação dos conflitos sociais e dos conflitos  
663 ambientais. Principalmente, dos ambientais. Desculpe a confusão. Então também esse  
664 ponto me parece excessivo. Ilegítimo, de forma alguma. Eu teria ficado muito mais  
665 satisfeito e muito menos deprimido se eu tivesse visto uma enxurrada de  
666 manifestações emocionais naquele dia, o que eu reputaria muito mais legítimo,  
667 porque o que se colocou – e na minha opinião é mentira – é que o empreendimento  
668 destrói a serra do Curral. Fosse isso, eu acho que todo cidadão mineiro tem de estar  
669 emocionalmente atingido por aquilo ali. Agora o uso obviamente eleitoral e a  
670 construção de plataforma de candidatura que foi feita utilizando do Conselho, de um  
671 espaço público, isso é preocupante. E além disso a estrutura truculenta, ameaçadora.  
672 Tem uma piada que diz que democracia é quando eu mando em você, e ditadura  
673 quando você manda em mim. A impressão que eu tive é isso tudo, não que as pessoas  
674 queriam ser ouvidas, as pessoas queriam que elas determinassem.  
675 Independentemente de técnica, de estudo, de qualquer outra coisa, o que elas  
676 queriam era que se determinasse conforme a vontade daquele grupo de pessoas o

677 resultado da reunião. Isso é antidemocrático. E outra, é um grupo, sim, de 300 pessoas,  
678 sim, num universo de 2.700.000 habitantes de Belo Horizonte. É por isso que nos  
679 organizamos em instituições representativas, porque, não importa quantas pessoas a  
680 gente consegue ouvir dentro de um dia inteiro, jamais ouviremos um grupo  
681 representativo da sociedade. Então as coisas precisam ser organizadas, e cada grupo  
682 tem que ter seus representantes qualificados tecnicamente para conseguir fazer a  
683 manifestação adequada, que é o que se coloca ou se pretende com o Copam. Então eu  
684 percebi naquela reunião, para além de uma tática de obstrução, malsucedida, um  
685 ataque ao próprio funcionamento do Conselho e um ataque às pessoas que assentam  
686 no Conselho, e com isso nós não podemos concordar. E eu concordo muito com a  
687 colocação da Flávia Mourão, nós temos dever de respeitar os responsáveis técnicos  
688 que assinam peças, seja na pessoa dos representantes técnicos da Secretaria de Meio  
689 Ambiente – os que eu vi lá, Rodrigo Ribas, a Giovana, a Mariana –, com as  
690 manifestações técnicas impecáveis, seja na pessoa do Orsini, que também é um  
691 técnico absolutamente respeitado e que foi muito agredido naquele dia, seja na  
692 pessoa do Valter, da Abes, que assumiu uma posição divergente igualmente técnica,  
693 seja na pessoa de qualquer um que defenda e trabalhe a técnica, escolhida  
694 constitucionalmente como o elemento fundamental para a solução do conflito  
695 ambiental, socioambiental. Isso tem que ser respeitado, e nós enquanto Copam e  
696 Secretaria de Estado de Meio Ambiente temos obrigação de exigir esse respeito e  
697 construir caminhos para que o Conselho não sirva novamente de plataforma eleitoral  
698 para ninguém, porque a meu ver isso é algo muito equivocados, inclusive, um uso  
699 inadequado do espaço público. São essas as considerações, até realmente de um  
700 desabafo. Peço desculpas se me excedi, mas foi uma reunião que me deixou um  
701 sentimento depressivo por muitos dias depois dela ainda e que persiste até hoje”.

702 Conselheiro João Augusto Hilário de Souza (Assemg): “Presidente Marília, eu não  
703 poderia deixar de me manifestar sobre esse assunto até por conhecer muito bem a  
704 mineração. Primeiramente, eu gostaria de manifestar o meu apoio, mesmo para  
705 aqueles que votaram sim na CMI apoiando, por exercerem a sua posição no Conselho.  
706 Eu acho que isso tem de ser feito. Por mais que tenham tido posições em contrário e  
707 manifestações injustas e inverídicas contra esse posicionamento, eu quero reforçar o

708 meu apoio. A segunda coisa é que esse assunto, como o conselheiro Manetta acabou  
709 de falar, é uma questão muito emocional. Nós estamos em um dos países em que, por  
710 análise, esse tipo de análise, nós temos uma das maiores distâncias entre a percepção  
711 do fato e a realidade. Nós estamos entre os 20 dos 50 analisados. Esse é um dado  
712 específico. Aproveitando-se que está sendo dada a audiência devida aos desastres das  
713 barragens, inclusive com certo respaldo, porque realmente foram catastróficos, a  
714 mídia então enveredou por esse caminho, e houve uma retroalimentação. Quanto  
715 mais a mídia mostrava o problema, mais as pessoas assistiam, e a mídia continuava  
716 mostrando, só que de uma forma distorcida. Eu quero reforçar que não tenho nada  
717 contra a mídia, até pelo contrário. Eu sou contra os posicionamentos sem  
718 conhecimento de causa, sem análise dos fatos e seguindo vieses simplesmente  
719 políticos ou pessoais. Por exemplo, a conselheira Flávia Mourão, ao citar que a planta  
720 está do outro lado da serra, eu creio que não é bem assim. Quem já andou ali no  
721 Parque das Mangabeiras, teve o ânimo de atravessar a floresta lá – porque é um  
722 pouquinho para atravessar toda aquela floresta –, vai perceber que tem umas árvores  
723 ali que são de Floresta Atlântica. E mais uma coisa que não temos lembrado, apesar de  
724 que o conselheiro Flavio Roscoe mostrou com fatos e dados, é que ali era uma mina,  
725 era a Ferrobela, século passado, inclusive que gerou minério de ferro para abastecer de  
726 ferro-gusa e fazer as primeiras construções mais altas de Belo Horizonte, os primeiros  
727 edifícios, feitos com material dali, o ferro. Porque sem o ferro, conforme alguém aí até  
728 reconheceu, não tem como construir quase nada, muito menos edifício. A serra ali já  
729 foi uma mina, e, para os desavisados ou se não prestarem muita atenção, ao irem lá,  
730 não vão perceber nada disso. Então as minas hoje podem ser feitas com tecnologias –  
731 existe uma complementação sobre esse assunto, que está disponível com professores  
732 de grandes universidades – de sequenciamento verde, mostrando que pode ter,  
733 inclusive, impacto ambiental e pode haver a recuperação, em alguns casos, em até  
734 100% do terreno utilizado. Isso precisaria ser visto mais com base na realidade e não  
735 num viés emocional da mídia, que começa mostrando a serra maravilhosa, que todos  
736 nós adoramos, muito bonita, e depois faz toda uma linha de reportagem dizendo que  
737 ela vai ser destruída. Vendo aquilo ali e não conhecendo o assunto, até eu seria contra.  
738 Só que não se trata bem disso. A parte impactada é mínima em relação a todo o parque



739 preservado até hoje. Parte dele, inclusive a Mata do Jambreiro, foi preservada,  
740 principalmente, por uma empresa de mineração. É uma pena, presidente Marília, nós  
741 não podermos ir um pouco mais na realidade dos fatos. Se apenas nós pudermos trazer  
742 alguém que conheça o projeto, que tem o projeto, para nos apresentar aqui, até para  
743 nós podermos formar melhor a nossa opinião com base nos fatos. É claro que muitos  
744 poderão continuar contra, sim, mas aí com base em alguma coisa realmente técnica,  
745 como são os projetos de engenharia, reais, e não com base numa tomada de drone  
746 com uma fala de um repórter que já está com a tendência de apresentar com o seu  
747 viés. Então é uma pena. Mas, se pudesse, eu acho que deveríamos, sim, discutir esse  
748 assunto de uma forma mais profunda, menos emocional e com base numa visão de  
749 projeto. Por último, eu até trouxe um tema que eu gostaria que nós aprofundássemos  
750 mais, que foi a mobilidade elétrica, que eu trouxe em dezembro do ano passado. Eu  
751 propus à época e reforço que, sim, seria um tema, presidente Marília, que nós  
752 continuássemos aprofundando mais devido à importância e o impacto tanto na  
753 poluição, na qualidade do ar das grandes cidades do nosso Estado, como também na  
754 parte industrial. E por último é que, se continuarmos assim com essas posições, não  
755 vamos conseguir retificar o anel rodoviário, que tem um dos trechos mais mortais por  
756 quilômetro rodado do Estado ou até do país, não vamos conseguir retificar a 381, que  
757 precisa, porque vão cortar áreas com resquícios de Mata Atlântica e paisagens. Eu acho  
758 que nós temos que ser ponderados nessa questão ao fazermos essas análises. E aí, se  
759 continuarmos assim, os empreendimentos vão para outra cidade, e outras empresas  
760 já estão até pensando em mudar os seus planos de implantação de investimentos no  
761 Estado e na região de Nova Lima, investimento de bilhões de reais, e ir para outros  
762 países. Se conduzido nessa linha de não poder votar a favor de um empreendimento  
763 que vão ser ameaçados, retrato dos nossos filhos pregados no poste, coisas desse tipo,  
764 vamos afugentar todos os investimentos e aí vamos aumentar a quantidade de  
765 desempregados deste Estado, que se for medida realmente de uma forma estatística  
766 precisa, são milhões, pode estar chegando a 3 milhões, e vamos continuar  
767 aumentando os nossos moradores de rua, que já foram um dia 1.500, era muito,  
768 caminhando para 10 mil. Então nós temos que pensar em tudo isso nesses nossos  
769 posicionamentos. E por último eu concordo plenamente com este Conselho, todos nós

770 temos de zelar para que os empreendimentos necessários para suportar a economia,  
771 suportar os empregos, suportar a geração de riqueza, que sejam realmente sempre  
772 implantados numa linha de preservação, de sustentabilidade. Então era isso. Muito  
773 obrigado”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro, pelas suas  
774 colocações. Só fazer um comentário, conselheiro. Logo quando o Tobias falou, eu  
775 mencionei que, caso seja interesse deste Conselho, a gente pode fazer uma  
776 apresentação sobre os diversos pontos. Não conseguimos muito fazer, mas tentamos  
777 na primeira audiência pública na Assembleia Legislativa, na Comissão de Meio  
778 Ambiente, o nosso superintendente Rodrigo Ribas tentou fazer uma apresentação  
779 trazendo realmente todos os aspectos que estão sendo abordados. Primeiro a questão  
780 da supressão de Mata Atlântica, a questão de vibração, a questão de dispersão  
781 atmosférica, de particulados na atmosfera, a questão do uso da água, a questão de  
782 vias de acesso e escoamento do minério. Na sequência, nós fizemos essa  
783 representação no Ministério Público Federal, que teve uma oportunidade de ouvir.  
784 Então é bom realmente a gente esclarecer alguns fatos do ponto de vista técnico, volto  
785 a dizer, entendendo qual que é a função do órgão técnico de apoio ao Copam nesse  
786 processo, do órgão técnico ambiental nesse processo. Se eu sou a favor ou contra o  
787 tombamento da Serra do Curral, é até importante referenciar: nós tivemos diversas  
788 falas públicas do nosso governador falando que é a favor do tombamento. Mas o  
789 processo de licenciamento, no momento em que foi concluído, se ateuve aos requisitos  
790 técnicos e legais vigentes. Ontem eu estive novamente na Assembleia Legislativa, na  
791 Comissão de Segurança Pública, para discutir o mesmo tema, e falávamos isso, ‘hoje  
792 tramita uma PEC para tombamento da serra do Curral na Assembleia Legislativa’. O  
793 deputado Virgílio Guimarães também abordou ontem na audiência a PEC que que está  
794 tramitando, uma PEC muito ampla, sem delimitação de áreas, sem diretrizes, mas que  
795 é isso deve ser aprofundado. Mas volto a dizer, e importante que tenhamos uma  
796 avaliação real dos fatos do ponto de vista técnico para que, independente de ser a  
797 favor ou ser contra, que a gente esclareça a sociedade. Eu almocei com uma tia 15 dias  
798 atrás, ela falou para mim: ‘Minha filha, mas nós não vamos mais ver a serra do Curral  
799 da Praça do Papa?’ Infelizmente, as informações da forma que estão sendo postas em  
800 diversos meios de comunicação não são as informações reais. E a sociedade merece

801 ter acesso às informações reais para fazer o juízo de valor que ela determinar ou que  
802 ela puder, mas a partir de fatos, a partir de informações verdadeiras. E nós da  
803 Secretaria de Meio Ambiente, com uma premissa muito cara para nós que é a  
804 transparência, estamos à inteira disposição deste Conselho e também da sociedade  
805 para esclarecer todos os fatos e ouvir os contrapontos também sobre a nossa análise  
806 técnica. Então se for interesse deste Conselho nós podemos, numa próxima reunião,  
807 fazer uma apresentação técnica sobre a análise que foi realizada no caso Tamisa”. **4)**  
808 **EXAME DA ATA DA 193ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 193ª reunião  
809 do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 16 de março de  
810 2022, com alterações solicitadas pela Faemg, Assemg, Abes e EPA, conforme nova  
811 versão apresentada nesta sessão. Votos favoráveis: Semad, Seapa, SEE, SES, Seinfra,  
812 Sedese, Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Faemg, Fiemg,  
813 Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, ProMutuca, EPA,  
814 Mover, Cefet, Uemg, Ufla, Assemg e OAB. Abstencões: Amda e ABRHidro. Ausências:  
815 Secult, Sede, Seplag e MPMG. Justificativas de abstencões. As conselheiras  
816 representantes da Amda e da ABRHidro justificaram abstenção de voto pelo motivo de  
817 não terem participado da 193ª reunião. **5) COP 26 - OS DESDOBRAMENTOS E AS**  
818 **AÇÕES SUBSEQUENTES. Apresentação: Semad.** Renata Araújo, chefe de gabinete da  
819 Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), fez a apresentação sobre “COP 26 - Os  
820 Desdobramentos e as Ações Subsequentes”. O conteúdo da exposição foi  
821 disponibilizado no site da Semad. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada,  
822 Renata. Eu queria fazer breves comentários sobre a fala da Renata. Nós, por diretriz  
823 do governador Romeu Zema, resolvemos restabelecer a Política de Mudanças  
824 Climáticas desde o ano passado. Ela estava com pouca pujança no Estado de Minas  
825 Gerais, e num primeiro momento alguns atos políticos institucionais de demonstração  
826 desse retorno da Política de Mudanças Climáticas foram feitos, e um deles foi a própria  
827 adesão ao Race to Zero. A partir disso, nós temos trabalhado para trazer à prática  
828 ações, efetividade, no tema mudanças climáticas, com a base técnica de um inventário  
829 que está sendo atualizado e de uma atualização também do Plano de Mudanças  
830 Climáticas de 2014, e integrando diversas ações. A Renata mencionou uma ação bem  
831 executada pela Subsecretaria de Gestão e Saneamento junto com os consórcios

832 intermunicipais, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, para dar efetividade  
833 à implementação da Política de Resíduos Sólidos em todas as suas etapas, não apenas  
834 na destinação final, mas também no fomento, coleta seletiva e reciclagem. Temos  
835 ações no IEF que também integram, como o próprio Selo Verde, que foi apresentado  
836 aqui pelo professor Raoni Rajão. E a implementação do PRA. Então o que nós temos  
837 buscado agora é, a partir dos compromissos institucionais e públicos assumidos pelo  
838 governador Romeu Zema, dar prática à Política de Mudanças Climáticas. Esse é o  
839 grande desafio de nós todos, e isso teve um processo muito interessante na COP 26, a  
840 partir de uma parceria também muito estreita com o governo do Reino Unido de um  
841 ato representativo da participação de Minas lá. É a primeira vez que um governador  
842 de Minas Gerais esteve numa COP, foi a primeira vez que um presidente da Fiemg  
843 esteve numa COP. Lembrando que o Race to Zero foi assinado não apenas pelo  
844 governador Romeu Zema, mas junto com o presidente da Faemg e com o presidente  
845 da Fiemg, mostrando essa congregação de esforços dos diversos setores com o poder  
846 público para retomada da Política de Mudanças Climáticas e, mais do que isso, sair da  
847 retórica e vir para a prática de ações, porque é isso que nos importa. Então, Renata,  
848 muito obrigada pela sua exposição. A apresentação seguinte eu vou até pedir para  
849 trocar – a nº 7, Ação Climática Estadual, traz esses desdobramentos pós-COP –, e  
850 depois entramos no Plano de Ação de Combate ao Desmatamento, que é também  
851 quando avaliamos quais são os principais setores importantes a serem trabalhados, o  
852 uso do solo, que a Renata mencionou, aumento da cobertura vegetal, energia, que é  
853 o que nós temos trabalhado. Eu gostaria de pedir então aos conselheiros que  
854 fizéssemos as considerações sobre o tema mudanças climáticas após a apresentação  
855 do item 7, porque aí a gente cumpre uma lógica complementar da participação na COP  
856 e do pós-COP até o momento, considerando que a COP já passou um tempinho, e  
857 desde lá já temos ações sendo realizadas”. **6) PLANO DE AÇÃO DE COMBATE AO**  
858 **DESMATAMENTO ILEGAL. Apresentação: Semad.** Gustavo Endrigo de Sá Fonseca,  
859 superintendente de Fiscalização/Semad, fez apresentação do Plano de Ação de  
860 Combate ao Desmatamento Ilegal em Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi  
861 disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, a presidente da sessão fez a  
862 seguinte manifestação. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Gustavo. Eu

863 queria também fazer breves considerações sobre a apresentação da Subsecretaria de  
864 Fiscalização. Nós estamos discutindo muito, dentro do Sisema, a questão do  
865 desmatamento ilegal no Estado de Minas Gerais e ações preventivas e repressivas  
866 contra o desmatamento ilegal. Esse é um ponto muito importante porque nós  
867 avançamos muito no monitoramento da cobertura vegetal, no tempo de resposta, mas  
868 ainda nós só agimos após a detecção. Então em diversas conversas internas nós  
869 consideramos essa proposta que o Gustavo agora apresentou com diversas linhas de  
870 ação, inclusive na priorização de processamento de auto de infração de  
871 desmatamento. Porque não adianta só ação de campo, é preciso dar efetividade à  
872 infração através da cobrança da multa devida. Porque muitas vezes permanece uma  
873 sensação de que a autuação não foi feita porque o valor, de fato, não é cobrado. Então  
874 nós estamos fazendo uma força-tarefa no tema desmatamento. Infelizmente, em  
875 algumas regiões do Estado de Minas Gerais, nós detectamos aumento do  
876 desmatamento ilegal. Isso não será admitido no Estado de Minas Gerais, e a equipe de  
877 fiscalização já está orientada de que essa é a grande prioridade de fiscalização, não  
878 deixar que os índices de desmatamento no estado de Minas Gerais, cresçam”. **7) AÇÃO**  
879 **CLIMÁTICA ESTADUAL - CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO E A NEUTRALIDADE.**  
880 **Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Alessandro Ribeiro  
881 Campos do Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas da Fundação  
882 Estadual do Meio Ambiente (Feam), fez apresentação sobre ‘Ação Climática Estadual -  
883 Caminhos para o Enfrentamento e a Neutralidade’. O conteúdo da exposição foi  
884 disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, foi aberto espaço para  
885 manifestações. Manifestações. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu  
886 ouvi atentamente as apresentações do Alessandro, da Renata. Assinamos, de fato, o  
887 Race to Zero, estamos imbuídos de concretizar essa questão junto ao Estado de Minas  
888 Gerais. E coloco aqui a Faemg, como representante de um setor da maior importância  
889 relacionada às possibilidades de descarbonização, porque, vamos dizer,  
890 resumidamente, é onde a fotossíntese acontece, onde se colocam árvores, inclusive,  
891 por outros setores, para suas próprias mitigações, compensações, enfim; onde ocorre  
892 estoque de carbono. Inclusive, por meio do PRA, a recuperação das áreas deidas, do  
893 Código Florestal, é o maior programa mundial do tipo. Mas também com as práticas

894 de agricultura de baixa emissão de carbono, que tem um enorme potencial, como  
895 colocado pelo Brasil na COP 26, onde essas metas foram refeitas, aumentando em sete  
896 vezes as metas anteriores. Trazer a Faemg para junto das discussões de forma muito  
897 próxima. Nós não fazemos parte da CEM do Copam, então precisamos interagir de uma  
898 outra forma junto com as equipes, com o Alessandro. E trazer aqui uma curiosidade  
899 também. Quando foi mostrada a questão da matriz energética – não a matriz elétrica  
900 –, no gráfico eu observei bem que a agricultura tinha uma barrinha de energia não  
901 renovável maior do que a de energia renovável. A questão do uso da energia, o  
902 maquinário no meio natural, que é a diesel, isso é muito claro. Mas também a Faemg  
903 tem levado ao interior, por meio do programa Faemg Energia Sustentável, o uso da  
904 energia solar fotovoltaica, ampliando esse uso no meio rural. E também, ainda que não  
905 seja o uso na atividade agropecuária, mas uma energia significativa na nossa matriz  
906 energética que é a bioenergia, isso é feito na agricultura. Então a agricultura pode  
907 utilizar de uma determinada energia em seu maquinário, mas fornece de forma  
908 significativa para o Brasil energia renovável, capitalizada pela indústria, a energia da  
909 cana, do milho, da própria madeira etc. Então isso entra na questão da indústria, mas  
910 a fonte é rural. Como eu falei, é no meio rural que ocorre a fotossíntese com essa  
911 captura de carbono. Eu queria trazer isso como uma curiosidade, porque às vezes  
912 vemos os números soltos, de forma crua, e aí é a metodologia que tem que ser  
913 modificada mesmo – aqui eu fiz comparativos –, mas a gente tem que ter essa  
914 consciência também do papel e do fornecimento do meio rural na própria matriz  
915 energética do Brasil, que é mais ou menos 20% bioenergia, se for pensar”. **8) PROJETO**  
916 **DE OTIMIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. Apresentação: Semad.** Vitor Reis  
917 Salum Tavares, da Assessoria de Gestão Regional/Semad, fez apresentação do “Projeto  
918 de Otimização da Regularização Ambiental” em Minas Gerais. O conteúdo da  
919 exposição foi disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, foram registradas  
920 as manifestações a seguir. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu queria, de forma  
921 muito breve, mencionar que esse é um projeto estruturante na área de licenciamento  
922 ambiental para nós, como o Vitor falou. Eu queria destacar alguns pontos. Quando nós  
923 desenhamos esse projeto, nós desenhamos a partir de algumas constatações. Primeiro  
924 a existência de 43 atos autorizativos, mais de 800 normas infralegais, um espectro

925 interpretativo muito amplo nessas normas, o que gera insegurança para todos:  
926 insegurança para os nossos analistas, insegurança para os empreendedores, que  
927 muitas vezes não sabem o que vai ser exigido e como vai ser exigido. E isso tem  
928 distorcido a função do licenciamento ambiental, que é um instrumento técnico de  
929 avaliação de impacto, estabelecimento de medidas de controle, de minimização dos  
930 impactos, de mitigação, de compensação. O primeiro ponto que nós refletimos é isso,  
931 precisamos revisitar as normas infralegais para diminuir o número de normas  
932 infralegais e, além disso, torná-las menos subjetivas. Eu tenho falado isso aqui  
933 internamente, o meu sonho é quando o empreendedor vier discutir comigo qual é a  
934 melhor tecnologia de controle de determinado tipo de emissão atmosférica, efluente,  
935 e não qual que é a brecha na norma para viabilizar ou não viabilizar. Isso que virou o  
936 licenciamento ambiental. E esse cenário está muito claro para nós quando vemos 800  
937 normas infralegais. Então nós vamos superar esse momento com esse projeto  
938 estruturante. A outra questão é a elaboração dos termos de referência, de novo, para  
939 dar o viés técnico do licenciamento ambiental, quais são os estudos, qual é a forma,  
940 qual é o conteúdo dos estudos. Isso trará, inclusive, uma padronização de atuação  
941 entre as nossas superintendências que hoje ainda não existe por falta de termos de  
942 referências objetivos e claros. Também nesse projeto prevê um olhar para avaliação  
943 de processos do ponto de vista de gestão. Existem etapas desnecessárias, há etapas  
944 que podem ser otimizadas dentro do processo de licenciamento. Então nós estamos  
945 muito animados com a perspectiva desse projeto que se inicia agora, depois de um  
946 ano e meio de superação das burocracias internas para que pudesse, de fato, viabilizar  
947 a doação dessa prestação de serviço, que, como o Vitor falou, é uma prestação de  
948 serviço doada que se viabiliza a partir de um decreto pela Fiemg, mas com todo o  
949 cuidado de governança e compliance, porque a gestão, a coordenação é inteira do  
950 Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Nós pretendemos ter escutas  
951 com especialistas em determinados momentos também e, obviamente, aquelas  
952 normas infralegais que são do Copam virão para cá para serem avaliadas, para uma  
953 submissão, como obviamente é o que determina a legislação”. Conselheira Flávia  
954 Mourão Parreira do Amaral (Abes): “Parabéns. Eu acho que é isso mesmo que você  
955 está falando, quando é que o Estado vai ser procurado em busca das melhores

956 tecnologias e não de como atender a norma, que brecha que pode viabilizar o  
957 licenciamento. Realmente, eu acho que trabalhar com a legislação do licenciamento  
958 ambiental como está é uma tarefa extremamente complexa e acaba ficando para uns  
959 poucos, e esses poucos acabam criando um domínio. É uma coisa muito complicada.  
960 Agora para mexer nisso também concordo que não dá para simplesmente sair  
961 remendando, alterar aqui, é preciso fazer uma revisão de conjunto para que não se  
962 perca aquilo que de bom já foi construído. E que nessa revisão também, nessas  
963 mudanças, tenhamos uma transição adequada e que realmente atenda todo mundo,  
964 e que as pessoas tenham domínio dessas normas. Então eu queria fazer duas  
965 perguntas. Primeiro, como é que vão ser contratados esses consultores? Ou se já  
966 foram contratados. Eu vi que o Vitor teve um cuidado muito grande, o que eu acho  
967 muito bom, em explicar essa parceria com a Fiemg. Depois da explicação dele, eu pelo  
968 menos fiquei um pouco mais tranquila, porque tinha muita dúvida dessa forma de  
969 contratação, de prestação de serviço. Mas como vão ser contratadas as pessoas que  
970 vão prestar esse serviço? E, segundo, nesses processos de consulta pública, realmente  
971 vão ser direcionadas consultas para o coletivo de profissionais que atuam, como vamos  
972 popularizar isso também para que as principais ONGs, os movimentos que atuam na  
973 área ambiental possam acompanhar? E, terceiro, como é que o Copam vai participar  
974 disso, o Copam e as suas câmaras técnicas?” Conselheiro Guilherme Augusto Duarte  
975 de Faria (Sede): “Na verdade, mais do que uma pergunta, é um esclarecimento, uma  
976 vez que nós tivemos a oportunidade de acompanhar de perto a condução e a  
977 proposição, na verdade, desse projeto para a Semad. Trazer aqui uma voz de apoio da  
978 Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Eu acho que essa proposta vem muito de  
979 encontro com o que nós trazemos e executamos através do Minas Livre para Crescer,  
980 que nada mais é do que a ideia de proporcionar em Minas Gerais um estado de maior  
981 segurança jurídica e celeridade para o setor produtivo e para a sociedade. Eu acho que  
982 é importante sempre frisar que sem prejuízo à qualidade da análise técnica dos  
983 diversos órgãos que emitem seus atos autorizativos. E aqui no caso os órgãos do  
984 Sisema e entidades sem nenhum prejuízo à qualidade técnica, ao rigor e ao  
985 cumprimento da legislação e arcabouço ambiental que rege então esses atos. Mas o  
986 que queremos ao final é que os nossos clientes tenham mais celebridade, mais



987 segurança jurídica, mais objetividade nas suas respostas. E eu acho que esse trabalho  
988 vem suprir essa lacuna. Eu acho que as normas não são estanques, a tecnologia vem  
989 nos auxiliar para que possamos dinamizar os processos de licenciamento, o processo  
990 de regularização ambiental. Para além disso, as tecnologias dos empreendimentos  
991 também vêm tendo uma dinamização diferente para a forma como nós devemos  
992 analisar e, enfim, autorizar ou não. A Secretaria de Desenvolvimento parabeniza,  
993 Marília, a equipe da Semad por esse trabalho. Nós nos colocamos à inteira disposição  
994 para contribuir. E eu acho que o maior ganhador, no final das contas, vai ser o próprio  
995 Sisema, que vai poder direcionar seus recursos escassos, sejam humanos ou  
996 financeiros, para atividades que são, de fato, a joia da coroa no Sisema, principalmente  
997 aquelas atividades de preservação, de conservação, as atividades, de fato, que trazem  
998 um ganho ambiental para Minas Gerais, trazendo um pouco mais de simplicidade no  
999 trato com os atos autorizativos. Era um pouco dessa mensagem, e a Sede está à sua  
1000 disposição sempre”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Guilherme. De  
1001 fato, nós temos uma construção conjunta nesse processo desde o início. Ganha o  
1002 Sisema, sim, em vários aspectos. Quando nós começamos a desenhar esse projeto,  
1003 logo quando eu cheguei e ainda sob a condução do Augusto Lio Horta, o então  
1004 presidente do sindicato, Adriano Tostes, falou isso, ‘Marília, esse é um projeto do  
1005 sonho para nós também, servidores’. Porque os servidores ficam, muitas vezes,  
1006 inseguros com essa amplitude interpretativa das normas, com falta de critérios  
1007 técnicos objetivos. Então nós vamos trabalhar.” Vitor Reis Salum Tavares/Semad:  
1008 “Além de ganhar também todos nós servidores, em que estou incluído também, já  
1009 participando de diversos debates – nós sabemos de todas as dificuldades que tem num  
1010 processo de licenciamento, suas complexidades técnicas e processuais –, mas eu acho  
1011 que ganha também a qualidade ambiental no Estado e ganham todos os cidadãos que  
1012 desempenham e são afetados pelo nosso serviço. Eu agradeço a manifestação do  
1013 Guilherme e também a pergunta da Flávia, que nos dá a oportunidade de trazer mais  
1014 informações sobre esse projeto, de uma maneira mais assertiva, de acordo com as  
1015 informações e dúvidas que ainda possam ter ficado. Então, Flávia, temos três  
1016 perguntas. Sobre a seleção da prestadora de serviços técnicos especializados, como  
1017 você pôde perceber no momento da apresentação, a nossa estrutura de processos

1018 está avaliada em três fases: a fase do mapeamento dos processos, a fase da avaliação  
1019 normativa e a fase dos termos de referência. Então existe já uma seleção em fase final  
1020 de contratação pela Fiemg desses prestadores de serviço, e isso foi baseado em  
1021 critérios estritamente técnicos, uma equipe que detém uma qualificação técnica  
1022 necessária, com um currículo voltado para o desempenho dessas atividades. Então  
1023 essa avaliação foi feita nesse sentido, com essa seleção, e baseada em critérios que  
1024 atendam às exigências de avaliação e todas as informações necessárias para a  
1025 construção de cada uma dessas fases, já que são fases muito diferentes, que têm  
1026 complexidades técnicas inerentes e analíticas muito diferenciadas. Então cada uma  
1027 dessas equipes tem uma avaliação profissional específica, um componente de  
1028 profissionais específicos que vão desenvolver trabalhos em cada uma dessas fases.  
1029 Essa é a primeira resposta. Em relação ao processo de consulta pública, nós vamos  
1030 fazer uma consulta pública que agregue todas as informações de uma maneira ampla,  
1031 tanto da divulgação quanto do recebimento das informações. Como eu disse na  
1032 apresentação, logicamente que a gente agregar as informações que serão realizadas  
1033 numa consulta pública depende do atendimento dos requisitos técnicos. Porque  
1034 muitas vezes uma determinada sugestão ou uma informação pode ser onerosa e não  
1035 eficiente ou então não onerosa, mas também não eficiente. Então precisamos ter uma  
1036 avaliação crítica, principalmente em um processo de regularização ambiental – é aí  
1037 abrangendo licenciamento de intervenção ambiental e outorga –, para atingir a  
1038 finalidade dele. O licenciamento ambiental, seja para avaliar a viabilidade ambiental  
1039 do empreendimento, seja seu desempenho ambiental; na intervenção ambiental, os  
1040 componentes de fitofisionomia, necessidades de caracterização de bioma,  
1041 compensações ambientais, como vai ser a alternativa técnica locacional; seja no  
1042 processo de outorga, relacionado à sua disponibilidade hídrica, como é o uso  
1043 consuntivo da água e tudo mais nesse sentido. Então essa consulta pública vai ser  
1044 ampla. Nos momentos em que temos todo um cronograma com execução de projeto,  
1045 com a linha de base de como vai andar cada uma dessas ações para o nosso  
1046 monitoramento. Como a secretária disse, o gerenciamento do processo está a cargo  
1047 dos gestores do Sisema, então temos toda essa linha de base. Nos momentos  
1048 procedimentais em que tiver produtos que vão seguir aquela lista de comitês para sua

1049 avaliação, nós vamos promover essas consultas públicas, fazer a sua divulgação a seu  
1050 tempo e modo, abrir o tempo necessário para que a sociedade civil ou qualquer outra  
1051 pessoa possa exercer sua manifestação, internalizar essas informações de maneiras  
1052 técnicas necessárias para esses objetivos institucionais de cada um dos atos  
1053 regularizativos; e fazer, depois de todas essas concentrações, a proposição disso para  
1054 o último comitê, que é o Comitê Intergestor. Aprovado no Comitê Intergestor – já vou  
1055 até emendar na sua terceira pergunta, a participação do Copam vai se dar de acordo  
1056 com suas competências. A competência do Copam para análise, por exemplo, de  
1057 deliberações normativas e informações necessárias para o desenvolvimento de  
1058 atividades, até discussões técnicas no âmbito necessário, vai ser levada a efeito para  
1059 este Conselho. Hoje nós temos uma avaliação muito clara de cada um dos atos  
1060 normativos que temos. Então, numa breve passagem aqui, por exemplo, um processo  
1061 de regularização ambiental precisa, eventualmente, de um decreto regulamentador;  
1062 dentro do contexto do licenciamento, temos a deliberação normativa; e da internação  
1063 ambiental; em outros pontos também temos esses instrumentos de deliberação  
1064 normativa. Em alguns casos, que é competente é a própria autoridade interna da  
1065 Secretaria, por meio de resoluções e das próprias autoridades nossas indiretas. As  
1066 regras de competência da edição de cada um dos atos normativos vão ser seguidas em  
1067 seus estritos termos. E até é de suma importância que isso aconteça porque senão, a  
1068 pretexto de conferir segurança jurídica ao processo de licenciamento, estaríamos  
1069 trazendo insegurança. Porque um ato administrativo só é apto a produzir efeito se ele  
1070 é realmente realizado e editado pela autoridade competente para tanto. É até um  
1071 vício, a nossa Lei de Ação Popular traz essa conceituação do vício de competência.  
1072 Então, a seu tempo e modo, em cada uma das ações de competência do Copam, seja  
1073 para analisar, seja para atualizar todo o desenvolvimento do projeto até no âmbito  
1074 deste Plenário, nós vamos trazer todas as informações conforme o nosso cronograma,  
1075 nossa linha de base de projetos, para atualizar cada vez mais vocês em relação ao  
1076 desenvolvimento, de uma maneira transparente, como eu disse, com a edição de  
1077 processos públicos, com todas as informações bem delineadas, bem construídas, para  
1078 que tenhamos uma base bem objetiva e consiga atingir o objetivo.” Presidente Marília  
1079 Carvalho de Melo: “Obrigada, Vitor, pela sua explicação. Flávia, nós estamos, inclusive,

1080 estudando, eu pedi para a nossa equipe interna estudar. A minha ideia é que façamos,  
1081 não para esse projeto especificamente, mas estou trabalhando uma normativa para  
1082 consulta pública de todas as normas que têm relação com prestação de serviço público  
1083 do Sisema. Usar um pouco o modelo de Agência Reguladora – a ANA faz muito isso –  
1084 nas normas, deixar em consulta pública durante um período, mesmo que sejam  
1085 normas administrativas, tipo resoluções, para recebermos contribuições da sociedade,  
1086 de todos os setores. Isso é muito importante sempre. As do Copam, obviamente, como  
1087 o Vitor falou, virão para deliberação aqui. Eu pautei hoje nesta reunião essa  
1088 apresentação e também já fazer um compromisso com este Conselho de pensarmos  
1089 em algumas etapas e apresentar para vocês de como o trabalho está indo. Isso é muito  
1090 importante, isso é política ambiental, de fato, ouvir o Conselho sempre é muito  
1091 importante. E quando tivermos, por exemplo, termo de referência sobre saneamento,  
1092 vamos buscar a Abes, pedir ajuda para ouvir especialistas, fazer workshops, porque  
1093 nós queremos, para além da consultoria, ter a visão também de outros atores para  
1094 construirmos os melhores produtos, sejam normativos, sejam termos de referência.”

1095 **9) SELO VERDE. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Raoni Rajão,  
1096 professor da Universidade Federal de Minas Gerais, fez apresentação sobre as  
1097 iniciativas “Selo Verde e CAR 2.0: ciência aplicada à otimização da gestão ambiental  
1098 em Minas Gerais”. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da Semad. Após  
1099 a apresentação, foram registradas as manifestações a seguir. Conselheiro Tobias Tiago  
1100 Pinto Vieira (Mover): “Primeiramente, parabenizar pela apresentação. Por mais  
1101 coincidência que pareça, hoje até apareceu uma situação engraçada, que nos  
1102 procurou, nos ligou, que foi exatamente um empreendedor que é próximo nosso aqui,  
1103 familiar, que teve um bloqueio na venda de um gado. Eu não entendi muito bem, e ele  
1104 falou que era referente à avaliação do CAR. Foi prejudicial a ele, mas eu fiquei feliz que  
1105 a avaliação do CAR está sendo feita até por empresas privadas. Então eu acho que uma  
1106 certificação como essa traz a possibilidade de o empreendedor se avaliar. Eu acho que  
1107 vai trazer essa possibilidade e gostaria de confirmar isso com a equipe se essa  
1108 plataforma de autoavaliação será disponibilizada também para os empreendedores ou  
1109 se será somente na esfera técnica que poderão ter acesso a essa avaliação. E por meio  
1110 de link em site online ou se vai ter um modo *offline* também para fazer consulta ou

1111 alguma coisa nesse sentido. Aqui na minha cidade está acontecendo um fato muito  
1112 curioso, onde o cartório local está exigindo que sejam elaborados os Cadastros  
1113 Ambientais Rurais por matrícula, por gleba. O que isso está trazendo? Está trazendo  
1114 vários empreendimentos desmembrando o Cadastro Ambiental Rural exatamente  
1115 para cumprir as exigências do cartório. Isso aconteceu comigo. Eu tenho uma  
1116 chacinha que é meio hectare e tive que fazer esse desmembramento do CAR. Aí ficam  
1117 vários problemas por gleba. Se você pega uma área pequenininha, muitas vezes, não  
1118 tem a reserva legal exigida, muitas vezes, não tem as delimitações previstas em lei.  
1119 Isso traz um problema. Seria possível o Estado fazer uma manifestação? Uma  
1120 manifestação pública dizendo que o Cadastro Ambiental Rural é uma ferramenta da  
1121 Semad. Eu, Tobias, sei disso, mas aqueles que trabalham com georreferenciamento,  
1122 que estão desmembrando o CAR para entregar para o cartório, muitas vezes,  
1123 questionam isso. Talvez se tivesse uma manifestação clara dizendo que o CAR é uma  
1124 ferramenta da Semad, utilizada por empreendimento, de uma forma bem evidente,  
1125 para que isso não se repita. Eu estou vendo isso acontecer muito em Paracatu, e isso  
1126 prejudica, e o empreendedor acaba por juntar o CAR novamente somente no  
1127 momento de solicitar um desmate ou uma renovação de outorga. Se houvesse a  
1128 possibilidade de criar um documento e divulgar, acho que facilita muito o  
1129 entendimento dos que trabalham com geo para aqueles que realmente precisam do  
1130 CAR, que são aqueles empreendedores que precisam do seu CAR bonitinho.” Mariana  
1131 Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “Conselheiro, sobre essa questão do CAR, eu acho  
1132 que não haveria necessidade de uma manifestação formal do órgão, porque isso já  
1133 está posto na legislação. O CAR já é regulamentado por uma instrução normativa, tem  
1134 os seus responsáveis pela gestão, o IEF hoje é o gestor estadual do CAR no Estado, e  
1135 dentro da instrução normativa tem um artigo que fala sobre essa questão dos  
1136 cartórios. Não existe o cadastro por matrícula. Então eu não vejo essa necessidade. Se  
1137 você quiser, até posso mandar um e-mail, porque realmente recebemos muitas  
1138 solicitações e reclamações por parte dos cartórios por causa dessa exigência da  
1139 inscrição por matrícula. Mas isso já é posto na instrução normativa do CAR. Então eu  
1140 acho que até para mostrar. Nós sempre orientamos o cartório sobre a instrução  
1141 normativa justamente porque muitos fazem a retificação para atender o cartório, e o

1142 problema depois volta para a gente que é do órgão ambiental. Ele está fazendo a  
1143 inscrição em desacordo ao conceito de imóvel rural, e aí nós vamos ter que analisar  
1144 isso depois. Se você quiser, entre em contato com a gente. Nós temos um canal  
1145 próprio do Cadastro Ambiental Rural, que é o 'duv.sicarmg', que respondemos  
1146 diariamente essas informações. E todas as vezes que chega esse tipo de manifestação  
1147 de cartório, nós colocamos essa questão que já está posta na legislação." Conselheiro  
1148 Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): "Se possível, me encaminhe o e-mail no chat, a  
1149 gente troca uma figurinha por ali, eu divulgo esse material, e talvez fica mais fácil."  
1150 Raoni Rajão/UFGM: "Conselheiro Tobias, obrigado pela pergunta. Vale primeiro um  
1151 esclarecimento, que hoje poucos produtores sabem, mas toda vez que o produtor, em  
1152 todo o Brasil, vende o gado para os frigoríficos de porte médio e, principalmente, os  
1153 grandes, o Cadastramento Ambiental Rural dele já é submetido a uma análise por uma  
1154 empresa privada. E às vezes o produtor, como no caso citado por esse produtor que  
1155 você comentou, tem negado a venda e nem sabe o motivo. Ou seja, existe um  
1156 problema de assimetria de informação. E um dos objetivos do Selo Verde é  
1157 exatamente isso, já fornecer gratuitamente aquilo de modo tal para o produtor poder  
1158 ter, de certa forma, o mesmo tipo de visão que o frigorífico ambientalmente vai ter. E  
1159 esse dado, no caso, da estrutura do Pará, também é distribuído para as empresas  
1160 privadas via API, então os grandes frigoríficos e as empresas de geo têm acesso a isso.  
1161 Obviamente, sem os dados pessoais. Se pede o código, e retornam as informações. E  
1162 também tem um módulo adicional, um sistema que foi desenvolvido pelo Ministério  
1163 Público Federal no Pará e no Mato Grosso, que possibilita o produtor, através de um  
1164 sistema que é desenvolvido por empresas privadas e que é autorizado pela Secretaria  
1165 de Meio Ambiente, possa fazer uma análise daquele imóvel e iniciar o processo de  
1166 restauração florestal e de regularização para fins de desbloqueio perante o TAC, o  
1167 Termo de Ajuste de Conduta que os frigoríficos têm assinado nesses Estados. Isso  
1168 enquanto, por exemplo, o Estado faz a análise. É claro, se o produtor depois deixa de  
1169 responder a análise do Estado, essa autorização temporária cai. Mas o fato é que  
1170 existem ali também mecanismos que buscam acelerar isso. E a discussão sobre esses  
1171 processos, inclusive para trazer essas experiências de outros Estados, é um dos  
1172 objetivos da nossa colaboração." Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): "Eu

1173 estou aqui em nome do nosso presidente. Ele tem uma agenda externa, mas ouviu o  
1174 início da apresentação com muita atenção e pediu para repassar as informações do  
1175 restante da reunião, dessa pauta, inclusive, demonstrando muita preocupação em  
1176 relação à sustentabilidade das propriedades rurais. Esse é um dos papéis da Federação,  
1177 levar a sustentabilidade e condições para que se alcance a sustentabilidade das  
1178 propriedades rurais, daquelas que ainda não a têm. Nós temos um Estado, como já foi  
1179 dito pelo professor Raoni Rajão e pela secretária Marília, com a maioria das  
1180 propriedades de pequeno porte, mas temos também o médio produtor rural e o  
1181 grande. Aqui na Faemg nós representamos os interesses de todos esses produtores da  
1182 base de Minas Gerais, onde temos vários exemplos de tecnologias, de capacitações,  
1183 de atuação na ponta. O que não ficou muito claro foram alguns processos em relação  
1184 ao CAR 2.0 e o Selo Verde. Mas, de antemão, eu já adianto aqui, até é uma pergunta  
1185 também do nosso presidente. A Faemg gostaria de saber mais detalhes, de estar mais  
1186 envolvida, mais por dentro desses meandros desses processos, como que serão essas  
1187 questões, para que possamos ou não recomendar o uso dessas ferramentas. Nós  
1188 temos uma base muito grande de produtores rurais e prezamos pela aplicação do  
1189 Código Florestal e pela segurança jurídica das atividades nas propriedades rurais.  
1190 Dessa forma, gostaríamos de ter mais informação e uma interação mais próxima com  
1191 a Semad, o IEF, a Seapa nas tratativas, nas metodologias, nos processos que envolvem  
1192 o CAR 2.0 e o Selo Verde. Não só como receptores das ferramentas na ponta  
1193 simplesmente para aplicação. Gostaríamos de estar envolvidos na construção e nos  
1194 processos para que tenhamos a segurança de transmitir isso ou não aos nossos  
1195 produtores rurais. Mas estamos, sim, imbuídos nessa questão da sustentabilidade no  
1196 meio rural, como a própria secretária afirmou, em que Minas lidera e muito em relação  
1197 ao restante do Brasil, e o Brasil em relação ao mundo na nossa agricultura sustentável.”  
1198 Conselheira Maria Dalce Ricas (Amda): “Eu gostaria de perguntar ao Raoni. Se eu  
1199 entendi bem, ele disse que somente 3% das propriedades rurais de Minas têm déficit  
1200 de reserva legal. Se eu entendi bem, qual é a base de dados para esse tipo de  
1201 estimativa ser feito?” Raoni Rajão/UFMG: “Respondendo a questão técnica de como o  
1202 dado foi derivado, nós analisamos os cerca de 900 mil imóveis, individualmente,  
1203 considerando o uso da terra. No caso, como é uma análise preliminar, utilizamos o

1204 MapBiomias para poder representar o uso da terra em 2008, e aplicamos as supressões  
1205 do Código Florestal; e no caso do Cerrado aplicamos o desmatamento, no caso, do  
1206 Prodes. Então é basicamente essa, em poucas palavras, a metodologia que nos fez  
1207 chegar a esses resultados, que são preliminares. Porque um dos desafios principais do  
1208 estudo vai ser exatamente gerar um mapa de alta resolução que represente o uso  
1209 consolidado em 2008. Nós já temos um caminho traçado, inclusive com imagens Spot,  
1210 que são com 5 m de resolução. Nós já temos acesso às imagens. Agora da imagem  
1211 bruta até o mapa existe um caminho longo a ser percorrido, e nós estamos já  
1212 trabalhando nessa direção, inclusive, em cooperação com o Inpe, entre outras  
1213 instituições. Tenho certeza que essa é a posição do Estado, da sua Secretaria de Meio  
1214 Ambiente, mas também da de Agricultura, e aproveito e coloco também a  
1215 Universidade Federal de Minas Gerais à disposição da Faemg, porque nós entendemos  
1216 que é através de diálogo e através do processo construtivo que a gente consegue  
1217 chegar a um resultado efetivo. Porque no final das contas, inclusive, vale a pena  
1218 reenfatizar que a filosofia de todo esse projeto realmente é gerar zero trabalho  
1219 adicional para o produtor rural. É um sistema que apoia a atuação do governo na  
1220 aplicação das regras já existentes e com isso facilita a determinação dos produtores  
1221 que já estão efetivamente regulares perante o Código Florestal. Essa é, de certa forma,  
1222 uma das filosofias principais, exatamente porque nós entendemos que o produtor já  
1223 tem uma carga de trabalho muito grande, já tem que responder ao PRA, já tem que  
1224 emitir as guias para poder movimentar o gado, para poder vender. Ou seja, não faria  
1225 sentido impor a ele um trabalho adicional. O xis da questão é que como nós podemos  
1226 otimizar o trabalho da porta do governo para dentro e com isso dar uma resposta mais  
1227 efetiva para a sociedade.” Conselheira Maria Dalce Ricas (Amda): “Raoni, quando você  
1228 fala que o objetivo é não impor mais ônus e dificuldades aos proprietários rurais, você  
1229 inclui nesse conceito, inclusive, os grandes latifúndios, as empresas do agronegócio  
1230 associadas tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas?” Raoni Rajão/UFMG: “A  
1231 ideia é não ter um ônus adicional, é ter o ônus que é necessário perante a legislação  
1232 vigente. O ponto é: se você tem uma situação onde não foi verificado um déficit  
1233 ambiental, exigir o redesenho de certas feições daquele cadastro, sendo que aquilo  
1234 não vai gerar uma árvore a mais plantada no chão, não vai melhorar a qualidade da



1235 água, simplesmente vai gerar um custo, não faz sentido. Agora por outro lado, aquele  
1236 produtor que tem um déficit, que não tem a reserva legal que deveria ter, que a APP  
1237 dele está degradada, a partir do momento, inclusive, que você acelera e tira da fila  
1238 aqueles que não têm déficit, você também possibilita ao Estado, de fato, monitorar e  
1239 cobrar aqueles que têm déficit. Então ao você otimizar a atuação do Estado você tem  
1240 também uma melhoria da qualidade ambiental, que é, obviamente, o objetivo da  
1241 implementação do Código Florestal e do funcionamento e da atuação do governo  
1242 nessa agenda. Essa é a filosofia pelo menos enquanto pesquisa, enquanto  
1243 aconselhamento aqui nesse processo.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito  
1244 obrigada, professor. Eu queria mais uma vez agradecer a sua parceria, a sua  
1245 participação aqui hoje no Copam. Para nós é uma honra fortalecer a cada dia esses  
1246 vínculos com você e a equipe da UFMG em que você participa, para que possamos dar  
1247 efetividade às políticas públicas ambientais, especialmente aquelas que trazem  
1248 resultados práticos do ponto de vista da implementação da Política de Mudanças  
1249 Climáticas no Estado de Minas Gerais. Muito obrigada, professor Raoni.” **10)**  
1250 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente  
1251 Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a  
1252 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1253

1254

---

### APROVAÇÃO DA ATA

1255

1256

1257

1258

**Marília Carvalho de Melo**

Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental